

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
BANCO DO BRASIL S/A
COBRA TECNOLOGIA S/A
Nome Fantasia: BB Tecnologia e Serviços**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

**RIO DE JANEIRO
2014**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
BANCO DO BRASIL S/A
COBRA TECNOLOGIA S/A
Nome fantasia: BB Tecnologia e Serviços**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

**RIO DE JANEIRO
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	11
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	11
1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	11
1.1.2 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO (NÃO APLICÁVEL).....	11
1.1.3 RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO (NÃO APLICÁVEL).....	11
1.1.4 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO (NÃO APLICÁVEL).....	11
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	11
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	13
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	15
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO	15
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS (NÃO APLICÁVEL).....	15
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	15
2.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE	15
2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	17
2.2.1. PROGRAMA TEMÁTICO (NÃO APLICÁVEL).....	17
2.2.1.1. ANÁLISE SITUACIONAL (NÃO APLICÁVEL)	17
2.2.2. OBJETIVO (NÃO APLICÁVEL)	17
2.2.2.1. ANÁLISE SITUACIONAL (NÃO APLICÁVEL)	17
2.2.3. AÇÕES.....	17
2.2.3.1. AÇÕES – OFSS (NÃO APLICÁVEL).....	17
2.2.3.2. AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS (NÃO APLICÁVEL)	17
2.2.3.3. AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2013 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS (NÃO APLICÁVEL).....	17
2.2.3.4. AÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI.....	17
2.2.3.5. ANÁLISE SITUACIONAL.....	18
2.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	19
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	21
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	21
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	24
3.3. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	26
3.3.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL.....	26

3.3.2. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHOS	27
3.3.3. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS	27
3.3.4. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES.	28
3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO	28
3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU (NÃO APLICÁVEL)	29
3.6. INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS	29
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013	29
4.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS	29
4.1.1. PROGRAMAÇÃO	29
4.1.1.1. ANÁLISE CRÍTICA	30
4.1.2. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA (NÃO APLICÁVEL) ..	30
4.1.3. REALIZAÇÃO DA DESPESA	30
4.1.3.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	30
4.1.3.2. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ (NÃO APLICÁVEL)	31
4.1.3.3. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	31
4.1.3.4. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ (NÃO APLICÁVEL)	32
4.1.3.5. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (NÃO APLICÁVEL)	32
4.1.3.6. DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (NÃO APLICÁVEL)	32
4.1.3.7. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA	32
4.2. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (NÃO APLICÁVEL)	32
4.2.1. ANÁLISE CRÍTICA (NÃO APLICÁVEL)	32
4.3. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NÃO APLICÁVEL)	33
4.3.1. ANÁLISE CRÍTICA (NÃO APLICÁVEL)	33
4.4. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	33
4.4.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	33

4.4.2. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	33
4.4.3. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE.	33
4.4.4. INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	34
4.4.5. ANÁLISE CRÍTICA.....	35
4.5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS (NÃO APLICÁVEL)	35
4.6. RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ (NÃO APLICÁVEL).....	35
4.7. GESTÃO DE PRECATÓRIOS (NÃO APLICÁVEL).....	35
4.7.1. REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (NÃO APLICÁVEL)	35
4.7.2. REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (NÃO APLICÁVEL)	35
4.7.3. ANÁLISE CRÍTICA (NÃO APLICÁVEL)	35
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	35
5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	35
5.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	35
5.1.1.1. LOTAÇÃO.....	35
5.1.1.2. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	36
5.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	37
5.1.2.1. ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES.....	37
5.1.2.2. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE	37
5.1.2.3. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE	37
5.1.3. CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	38
5.1.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS (NÃO APLICÁVEL)	38
5.1.4.1. CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA (NÃO APLICÁVEL)	38
5.1.4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (NÃO APLICÁVEL)	38
5.1.5. CADASTRAMENTO NO SISAC	38
5.1.5.1. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC	38

5.1.5.2.	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU.....	39
5.1.5.3.	REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC.....	39
5.1.5.4.	ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO (NÃO APLICÁVEL)....	39
5.1.6.	ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.	39
5.1.7.	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS	40
5.1.8.	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	40
5.2.	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	42
5.2.1.	INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	42
5.2.2.	AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS (NÃO APLICÁVEL).....	44
5.2.3.	INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	44
5.2.4.	INFORMAÇÕES SOBRE A LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	45
5.2.5.	ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.3 E 5.2.4	45
5.2.6	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	45
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	46
6.1.	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.	46
6.2.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	47
6.2.1.	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	47
6.2.2.	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL (NÃO APLICÁVEL).....	47
6.2.3.	DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ (NÃO APLICÁVEL).....	47
6.3.	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	47
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	50
7.1.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	50
7.1.1.	ANÁLISE CRÍTICA.....	52
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	52
8.1.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	52
8.2.	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	54
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	55
9.1.	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU.....	55

9.1.1.	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	55
9.1.2.	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	58
9.2.	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	59
9.2.1.	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	59
9.2.2.	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	62
9.3.	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA...	65
9.4.	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93	67
9.4.1.	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93	67
9.4.2.	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	67
9.5.	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO (NÃO APLICÁVEL).....	68
9.6.	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	68
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	69
10.1.	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE	69
10.2.	MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE (NÃO SE APLICA)	69
10.3.	RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (NÃO SE APLICA).....	69
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	69
11.1.	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NÃO APLICÁVEL).....	69
11.2.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (NÃO APLICÁVEL).....	69
11.2.1.	DECLARAÇÃO PLENA (NÃO APLICÁVEL)	69
11.2.2.	DECLARAÇÃO COM RESSALVA (NÃO APLICÁVEL)	69
11.3.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008 (NÃO APLICÁVEL)	69
11.4.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976.....	69
11.5.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	102
11.5.1.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL COMO INVESTIDA.....	102
11.5.2.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA (NÃO APLICÁVEL).....	102
11.6.	RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE	103

12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	103
12.1.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	103
	ANEXO I – QUADRO A.3.3.2 – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL (VALORES EM R\$ 1,00).....	104
	ANEXO II – QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	105
	ANEXO III – QUADRO A.5.1.3 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	109
	ANEXO IV - QUADRO A.5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	110
	ANEXO V – QUADRO A.5.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	113
	ANEXO VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE	116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANS – Acordo de Níveis de Serviço.
AUDIT – Auditoria Interna.
AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.
BASA – Banco da Amazônia.
BB – Banco do Brasil.
BBTS – BB Tecnologia e Serviços.
CEF – Caixa Econômica Federal.
CERFLOR – Certificação Florestal.
CFTV – Circuito fechado de TV.
CIM – Centro de Impressão.
COAUD – Comitê de Auditoria.
COEST – Comitê de Estratégia e Negócios.
COFIS – Conselho Fiscal.
COJUR – Consultoria Jurídica.
COMEX – Comitê Executivo.
CONAD – Conselho de Administração.
CORIS – Comitê de Riscos.
CPD – Centro de Processamento de Dados.
CS – Comunicação Suplementar.
DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
DGCO – Divisão de Gestão de Contratos.
DICON – Diretoria de Planejamento e Controle.
DIDOP – Diretoria de Operações.
DIFIS – Diretoria Financeira e de Serviços Internos.
DINEG – Diretoria de Novos Negócios e Relacionamento.
DIREX – Diretoria Executiva.
DISIB – Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária.
DITEC – Diretoria de Tecnologia da Informação.
DVA – Demonstração do Valor Adicionado.
EBITDA (LAJIDA) – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.
ECF – *Elemental Chlorine Free*.
EDI – *Electronic Data Interchange*.
ERP – *Enterprise Resource Planning*.
FIDC – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.
FOPAG – Folha de Pagamento.
FQ – Formulário.
FSC – *Forest Stewardship Council*.
GAM – Gerência de Administração.
GCG – Gerência de Comunicação e Apoio à Governança.
GCI – Gerência de Controles Internos.
GDI – Gerência de Serviços de Digitalização.
GGP – Gerência de Gestão de Pessoas.
GIM – Gerência de Impressão.
GLC – Gerência de Licitações e Contratos.
GPG – Gerência de Projetos, Construção e Apoio à Governança de TI.
GPO – Gerência de Planejamento.
GTI – Gerência de Infraestrutura de TI e Telecomunicações.

HR – *Human Resource* (Módulo do Sistema ERP).
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
ISO – *International Organization of Standardization*.
IST – Índice de Serviços Telefônicos.
LTCAT – Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho.
MCTI – Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
N/A – não aplicável.
NF – Nota fiscal.
NI – Norma Interna.
NR – Norma Regulamentadora.
NT – Nota Técnica.
OCI – Órgão de Controle Interno.
PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários.
PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.
PCN – Plano de Continuidade de Negócios.
PEE – Processamento Eletrônico de Envelopes.
PET – Projeto de Excelência Tecnológica.
PL – Patrimônio Líquido.
PLR – Participação nos Lucros e Resultados.
PPP – Plano de Provisão Permanente.
PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
PRESI – Presidência.
PRN – Plano de Recuperação de Negócios.
RA – Relatório de Auditoria.
REDOC – Recuperação de Documentos.
RFB – Receita Federal do Brasil.
RI – Recebimento Integrado.
ROB – Receita Operacional Bruta.
ROL – Receita Operacional Líquida.
RP – Restos a pagar.
RSA – Responsabilidade Socioambiental.
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SMS Broker – “*Short message service*” (Serviços de gerenciamento de mensagens curtas).
SW – *Software*.
TAA – Terminais de autoatendimento.
TI – Tecnologia da Informação.
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do Exercício 2013 está estruturado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, e alterações, e Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013. Alguns itens e subitens do Anexo II da DN TCU 127/2013 não são aplicáveis à realidade da BB Tecnologia e Serviços ou, apesar de serem aplicáveis à natureza da Companhia, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência, são eles: subitens 1.1.2 a 1.1.4 (Motivo: De acordo com a Decisão Normativa TCU 132 de 02 de outubro de 2013, Anexo I, a Companhia deve apresentar Relatório de Gestão Individual); item 1.6 (Motivo: A Companhia não possui parceiros institucionais); subitens 2.2.1, 2.2.1.1, 2.2.2, 2.2.2.1 (Motivo: A Companhia não está inserida em Programas Temáticos); subitens 2.2.3.1, 2.2.3.2 e 2.2.3.3 (Motivo: A Companhia não está inserida em Programas cuja ação tenha como esfera orçamentária o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS); item 3.5 (Motivo: A Companhia não está sujeita à Portaria nº 1.043/2007); item 4.1.2 (Motivo: A Companhia não recebe e nem concede créditos orçamentários); itens 4.1.3.2 e 4.1.3.4 (Motivo: A Companhia não contempla em sua estrutura UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da UO, mas não constitua a única jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos); itens 4.1.3.5 e 4.1.3.6 (Motivo: A Companhia não foi beneficiária de créditos recebidos por movimentação interna e externa); itens 4.2, 4.3, 4.5 e 4.7, incluindo seus respectivos subitens (Motivo: Os itens não estão listados no Quadro A.1, alínea d, da DN TCU 127/2013 como conteúdo que a Companhia deve apresentar); item 4.6 (Motivo: A Companhia não possui renúncias tributárias ou outras de quaisquer naturezas); item 5.1.4 e subitens 5.1.4.1 e 5.1.4.2 (Motivo: A Companhia não possui regime de aposentadoria próprio. Constam no quadro da Empresa cinco servidores aposentados por invalidez permanente, os quais trabalhavam sob o regime da CLT e têm suas aposentadorias custeadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS); item 5.1.5.4 (Motivo: A Companhia não possui atos sujeitos à remessa física ao TCU); item 5.2.2 (Motivo: O Quadro A.5.2.2 deve ser preenchido somente pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por outro órgão autorizador equivalente nos demais Poderes da União); itens 6.2.2 e 6.2.3 (Motivo: Não há imóveis da União sob responsabilidade da Companhia); item 9.5 (Motivo: Não ocorreram registros de dano ao erário no exercício de 2013); itens 10.2 e 10.3 (Motivo: A BBTS não atende diretamente ao público e seus serviços são por meio de contratos com clientes pessoa jurídica, em sua quase totalidade do Conglomerado Banco do Brasil); item 11.1 (Motivo: A Companhia não se enquadra na abrangência do item); item 11.2 e subitens (Motivo: O item 11.2 não está listado no Quadro A.1 (alínea d) da DN TCU 127/2013 como conteúdo que a Companhia deve apresentar. Além disso, a Companhia não faz seus registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), estando assim fora da abrangência do item); item 11.3 (Motivo: A Contabilidade da Companhia é regida pela Lei 6404/1976); item 11.5.2 (Motivo: A Companhia não atua como investidora).

1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 1929
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Cobra Tecnologia S/A (nome fantasia: BB Tecnologia e Serviços*)		
Denominação Abreviada: COBRA ou BBTS		
Código SIORG: 61559	Código LOA: N/A	Código SIAFI: N/A
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade Anônima Fechada		CNPJ: 42.318.949/0001-84
Principal Atividade: Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos		Código CNAE: 95.11-8-00
Telefones/Fax de contato:	(21) 2442-8800	(21) 2441-2880 (fax)
Endereço Eletrônico: comunicacao@bbtecnologia.com.br		
Página na Internet: http://www.bbtecnologia.com.br		
Endereço Postal: Estrada dos Bandeirantes, nº 7966, Jacarepaguá, Rio de Janeiro / RJ – CEP 22.783-110		
<p>NOTA 1 Os itens do Quadro A.1.1 relacionados a normas de criação e alteração, normas infralegais, manuais e publicações relacionados à UJ, bem como informações sobre unidades gestoras e gestões relacionadas à UJ foram suprimidos por não se aplicarem à Companhia.</p> <p>NOTA 2 Em 2013 a Companhia passou a adotar o nome fantasia “BB Tecnologia e Serviços”, conforme consta em seu Estatuto Social, Art. 1º, Parágrafo Único.</p> <p>* "BB Tecnologia e Serviços" é nome fantasia. Para efeitos legais, a razão social continua a ser "Cobra Tecnologia S.A", até que o processo de transição esteja concluído.</p>		

1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado (Não aplicável)

1.1.3 Relatório de Gestão Agregado (Não aplicável)

1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado (Não aplicável)

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia tem por finalidade:

I - desenvolver, produzir, fabricar, comercializar, alugar, licenciar para outorga de direito de uso, integrar, montar, importar, exportar e distribuir, inclusive mediante representação de outras companhias, produtos de informática, automação e segurança patrimonial, inclusive equipamentos, terminais de autoatendimento bancário, partes e peças, programas de computador, sistemas de eletrônica digital e eletroeletrônicos, periféricos, programas e produtos associados, projetos de propriedade intelectual, insumos, suprimentos, materiais e mobiliários para equipamentos de informática;

II - desenvolver e prestar serviços de:

- a) assistência técnica, suporte técnico, adaptação, modernização tecnológica (*trade-in*), homologação, personalização, implantação, instalação, reparação, manutenção, treinamento e monitoramento dos produtos definidos no inciso anterior;
- b) gestão de projetos, assessoria técnica, planejamento, implantação, treinamento e consultoria de soluções de segurança de dados e de segurança da informação, inclusive em software livre e tecnologias abertas;
- c) sustentação e manutenção de ambiente operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- d) gestão, análise, programação, codificação, manutenção, implantação e operação de sistemas de informação, inclusive gerenciamento e integração de sistemas e banco de dados;
- e) gerenciamento, monitoração e tratamento de dados e de ambientes lógicos e físicos, inclusive com hospedagem, recepção, processamento, suporte e monitoração dos dados em centro de processamento de dados (Data Center);
- f) intercâmbio eletrônico de dados (Electronic Data Interchange – EDI) com implementação e gestão de rede de valor agregado;
- g) prestação de serviços de telecomunicações e prestação de serviços de valor agregado em redes de telecomunicações;
- h) microfilmagem, impressão, reprografia, digitalização, gestão e processamento eletrônico, acabamento, manuseio e guarda de documentos, recepção, tratamento e digitação de dados;
- i) suporte e operação de serviços de suprimento e de apoio logístico e gestão de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos;
- j) gestão de operações de Contact Center, telemarketing ativo e receptivo com campanhas multicanal, consultoria em projetos e em tecnologias na área de teleatendimento e de telesserviços;
- k) correspondente bancário.

Com relação à sua competência institucional, podemos dividir da seguinte forma:

MISSÃO

Gerar valor para o Banco do Brasil e entidades ligadas através de prestação de serviços de suporte ao negócio e de TI de modo a promover a eficiência aos clientes.

VISÃO

Ser reconhecido como principal e melhor parceiro estratégico do Banco do Brasil na prestação de serviços de suporte ao negócio de TI.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

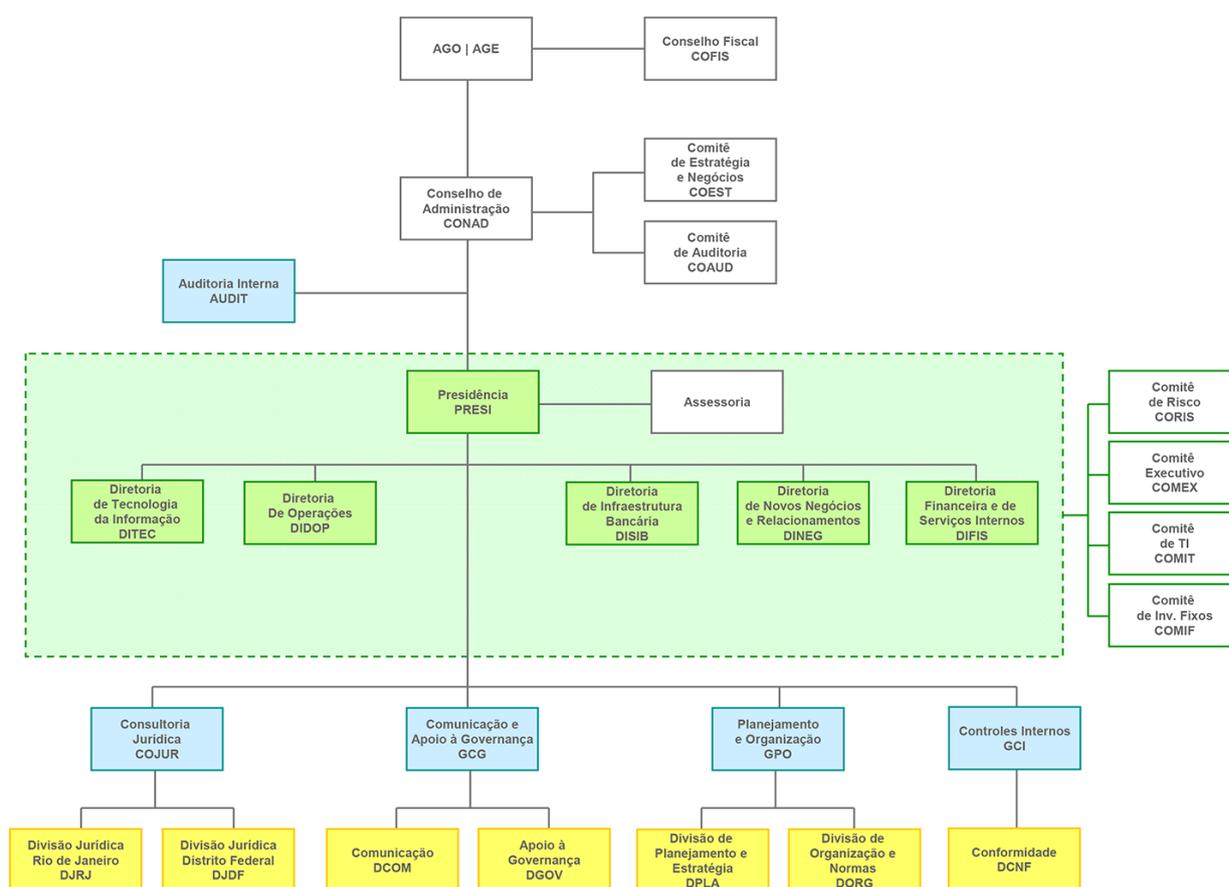
Prover excelência em serviços ao Banco do Brasil e entidades ligadas por meio de operações de suporte a negócios e serviços bancários, alavancando seus ativos e promovendo eficiência.

Consolidar a parceria estratégica com o BB em manutenção, sustentação e desenvolvimento de soluções de TI.

Tornar-se parceiro estratégico das entidades ligadas ao BB em manutenção, sustentação e desenvolvimento de soluções em TI.

Fonte: Estatuto Social e Nota Técnica PRESI-DIFIS 2012/297.

1.3. Organograma Funcional



Conselho de Administração (CONAD)

Papel: Fixar a orientação geral dos negócios, aprovando as Políticas, Diretrizes Estratégicas, Orçamento, Planejamento Estratégico, Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis, Composição e Remuneração dos membros da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal (COFIS)

Papel: Fiscalizar, por qualquer dos seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinando sobre as Demonstrações Contábeis e Relatório Anual da Administração ou quaisquer propostas da Administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures, bônus de subscrição, planos de investimentos, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral.

Auditoria Interna (AUDIT), vinculada ao CONAD

Papel: Gerir as atividades de auditoria interna e acompanhar as auditorias de órgãos de controle externo e do Controlador, assessorando a Administração para a melhoria dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança corporativa, com foco nos objetivos definidos.

Presidência (PRESI)

Papel: Ser a gestora das atividades da Diretoria Executiva e dos Programas e Planos da Empresa visando alcançar os objetivos estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Assessoria

Papel: Dar suporte à Presidência e auxiliar em assuntos diversos relacionados à gestão da Companhia.

Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC)

Papel: Desenvolver soluções de tecnologia de operações bancárias, fábrica de soluções, fábrica de software e serviços de infraestrutura de TI, tanto para clientes externos como internos.

Diretoria de Operações (DIDOP)

Papel: Ser a gestora de negócios de *Contact Center*, de Impressão de Larga Escala e de Processamento de Documentos que agregam valor econômico para a Empresa, desenvolvendo e comercializando produtos e serviços, com a eficiência e a qualidade demandadas.

Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária (DISIB)

Papel: Oferecer soluções de gestão de infraestrutura bancária relacionadas à rede de distribuição dispersa pelo Brasil, agregando valor econômico para a Empresa, desenvolvendo, comercializando e produzindo produtos e serviços, com a eficiência e a qualidade demandadas.

Diretoria de Novos Negócios e Relacionamento (DINEG)

Papel: Ser gestora de prospecção, estruturação e implementação de novos negócios e canal de relacionamentos com clientes.

Diretoria Financeira e de Serviços Internos (DIFIS)

Papel: Ser a gestora dos recursos humanos, materiais e financeiros, desenvolvendo os serviços necessários à operação e gestão patrimonial da Empresa, com a eficiência e a qualidade demandadas.

Fonte: Estatuto Social e NI025 v14 – Estrutura Organizacional.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Presente em todo o território nacional, a Companhia presta serviços de assistência técnica especializada, impressão de documentos, *contact center*, suporte e operação de serviços de suprimento e apoio logístico aos serviços de operação bancária e outros segmentos, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a terminais de autoatendimento bancário, desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas, *data center* e gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular.

Dessa forma, os macroprocessos finalísticos têm como resultado os seguintes principais produtos e serviços da Companhia:

- desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas – Fábrica de *Software*;
- impressão de grande porte, processamento, microfilmagem, digitalização e recuperação de documentos diversos;
- monitoração de mais de 44 mil terminais de autoatendimento bancário – Monitoração;
- envio e recebimento de milhões de mensagens curtas para celular – Mobilidade;
- atendimento centralizado de ligações telefônicas – *Contact Center* e Telecobrança;
- manutenção e reparo de equipamentos em cerca de 3.600 cidades – Assistência técnica;
- infraestrutura, hospedagem, *software* como serviço e troca eletrônica de dados – *Data Center*;
- suporte e operação de serviços de suprimento e apoio logístico aos serviços de operação bancária e outros segmentos – Crédito Imobiliário.

1.5. Macroprocessos de Apoio

A maioria dos macroprocessos de apoio está centralizada na Diretoria Financeira e de Serviços Internos (DIFIS), que é responsável pela Gestão Financeira da Companhia, Administração Predial e Patrimonial, Compras, Licitações e Contratos, Contabilidade, Controladoria, Gestão de Custos, Gestão Fiscal e Gestão de Pessoas.

À Presidência (PRESI) estão subordinados os processos de Controles Internos, Suporte Jurídico, Comunicação e Apoio à Governança, e Planejamento e Organização.

Os sistemas corporativos de apoio estão sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) em função da sinergia destes processos com a atividade-fim da Companhia.

Fonte: Estrutura Organizacional.

1.6. Principais Parceiros (Não aplicável)

2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

2.1. Planejamento da Unidade

A Estratégia Corporativa 2011-2015 e o Plano Diretor 2013-2014 foram aprovados pelo Conselho de Administração da empresa, conforme art. 24, inciso I, do Estatuto Social, e pela Diretoria Executiva, conforme art. 33, inciso I, do mesmo documento, por meio da Nota Técnica PRESI-DIFIS 2012/297.

A Estratégia Corporativa 2011-2015 é o documento no qual está descrita a estratégia da empresa para o período em questão e contém a missão e a visão de futuro da empresa, os temas e

expectativas, os objetivos, as iniciativas e os indicadores estratégicos, que materializarão a estratégia definida. O Plano Diretor é o conjunto de objetivos, indicadores e metas, projetadas para 2015, mas traduzidas para o biênio 2013-2014. A Estratégia Corporativa 2011-2015 da Empresa e, por conseguinte, seu Plano Diretor 2013-2014, estão alinhados às competências institucionais definidas no Estatuto Social.

No final de 2012, foram revalidadas missão, visão de futuro e diretrizes estratégicas, com pequenos ajustes redacionais. Para este ciclo estratégico, temas e expectativas estratégicos foram criados para apresentar as questões que devem estar no cenário estratégico e a indicação dos caminhos escolhidos. Foram cinco temas definidos, a saber: “Negócios”, “Relacionamento com acionistas”, “Inovação”, “Eficiência” e “Pessoas”.

A estratégia corporativa estabeleceu os seguintes objetivos:

- gerar resultados operacionais sustentáveis;
- expandir o faturamento da BB Tecnologia e Serviços;
- fortalecer a competência empresarial;
- elevar a eficiência operacional;
- melhorar a qualidade dos serviços prestados.

O objetivo “Resgatar a imagem da companhia” foi descontinuado dado que perdeu significado estratégico. Dois novos objetivos foram criados – “Elevar a eficiência operacional” e “Melhorar a qualidade dos serviços prestados” – para fazer frente às novas necessidades da empresa: em primeiro lugar, elevar a eficiência operacional com base na gestão eficiente, no redesenho e informatização de processos e na inovação; em segundo, perceber nos clientes a satisfação com a qualidade dos serviços prestados pela Empresa.

As ações propostas para o ano continuaram perseguindo a geração de resultados econômicos, financeiros e operacionais, permitindo a sustentabilidade da Companhia no longo prazo, o desenvolvimento de novos negócios, em linha com a visão da Empresa de se tornar um importante parceiro de serviços do BB, o cumprimento de recomendações de órgãos de controle, e o estabelecimento de condições para atratividade e retenção de mão de obra qualificada.

Várias iniciativas foram definidas no intuito de tornar realidade todos os objetivos acima descritos. Para gerar resultados operacionais sustentáveis e expandir faturamento, a empresa buscou elevar a margem por meio da melhoria dos processos e redução de custos; novos negócios com o Banco do Brasil foram perseguidos como forma de expandir o faturamento. O fortalecimento da competência empresarial se deu por meio da consecução de várias iniciativas, entre elas, a implantação da Universidade Corporativa da BB Tecnologia e Serviços (UniBBTS) e esforços no sentido de substituir os terceirizados da empresa por funcionários oriundos de concursos públicos para os cargos abrangidos no PCCS da empresa.

Ademais, o Plano de Transformação da Companhia, iniciado em 2012, aglutinando iniciativas de cunho negocial, de suporte e de comunicação, se estendeu para 2013.

A divulgação interna dos objetivos e resultados alcançados ocorre por meio da Intranet da Empresa, onde são disponibilizadas também a Missão, Visão de Futuro, Diretrizes Estratégicas e as Demonstrações Contábeis da Empresa.

Analisado os resultados atingidos pela Companhia no ano de 2013, conclui-se que os objetivos estratégicos foram atingidos.

2.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1. Programa Temático (Não aplicável)

2.2.1.1. Análise Situacional (Não aplicável)

2.2.2. Objetivo (Não aplicável)

2.2.2.1. Análise Situacional (Não aplicável)

2.2.3. Ações

2.2.3.1. Ações – OFSS (Não aplicável)

2.2.3.2. Ações/Subtítulos – OFSS (Não aplicável)

2.2.3.3. Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não processados – OFSS (Não aplicável)

2.2.3.4. Ações – Orçamento de Investimento – OI

As informações estão consignadas no Quadro A.2.2.3.4.

Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	4101 Atividade						Tipo:
Título	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis						
Iniciativa	Não aplicável						
Objetivo	Não aplicável						Código: Não aplicável
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Código: 0807 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	25230						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
661.902	661.902	481.733	-	-	-	-	-

Identificação da Ação							
Código	4102 Atividade						Tipo:
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos						
Iniciativa	Não aplicável						
Objetivo	Não aplicável						Código: Não aplicável
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Código: 0807 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	25230						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
161.885	861.885	1.695.160	-	-	-	-	-

Identificação da Ação							
Código	4103 Atividade						Tipo:
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento						
Iniciativa	Não aplicável						
Objetivo	Não aplicável						Código: Não aplicável
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Código: 0807 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	25230						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
8.289.397	8.289.397	7.562.537	-	-	-	-	-

Fonte: Gerência Financeira / Divisão de Contabilidade Societária e Fiscal (GFI/DCTA).

2.2.3.5. Análise Situacional

A BB Tecnologia e Serviços teve o Orçamento de Investimento final aprovado pelo DEST, no exercício de 2013, na ordem de R\$ 9.813 mil. Anteriormente, o Orçamento de Investimento

aprovado junto ao MPOG/DEST, em meados de 2012, por meio do Decreto nº 7.867 de 19 de dezembro de 2012, foi de R\$ 9.113 mil.

Houve a necessidade em agosto de 2013 de suplementação da Ação 4102 – Bens Móveis no valor de R\$ 700 mil em vista de atender à expansão dos negócios da Companhia e a melhoria das condições de trabalho dos nossos colaboradores nas diversas unidades da Empresa (Nota Técnica DIFIS 2013/245).

Quanto aos efeitos gerados pelo crédito suplementar, foi possível realizar a implantação de uma Unidade de Tratamento de Documentos (UTD), no Rio de Janeiro, e de dois Centros de Assistência Técnica (CAT), nos estados do Rio de Janeiro e Tocantins, bem como realizar a mudança de endereço do CAT Salvador e a abertura de estabelecimento para abrigar a Fábrica de Software no Pará. Além disso, alguns outros serviços, por motivos contratuais, tiveram necessidade de substituição dos bens móveis, impactando as aquisições nesta ação de investimento em 2013.

No que diz respeito à evolução do quadro próprio de pessoal, houve aumento do número de colaboradores do momento inicial de apresentação da proposta orçamentária até o momento do pedido de suplementação, demandando a aquisição de mais móveis para suportar as atividades. Esta suplementação foi suportada pela reserva de expansão constituída em 2012 no valor de R\$ 15.274 mil, comprometida inicialmente com R\$ 9.113 mil do Orçamento de Investimento aprovado pelo Dec. nº 7.867/2012, com saldo restante de R\$ 6.161 mil.

Mesmo com a suplementação, a Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – houve realização maior do que o previsto, sem contudo ultrapassar o total do Orçamento de Investimento da Companhia. Este fato se deve a uma aquisição de impressora de grande porte de folha solta, dois *nobreaks* e outros bens de menor valor orçados na Ação 4103 - Ativos de Informática, mas posteriormente contabilizados como máquinas e equipamentos, rubrica vinculada à Ação 4102 (Nota Técnica DIFIS 2014/041).

Em 2013, a BBTS alcançou a marca de 99,2% de execução do Orçamento de Investimento, destacando-se as seguintes realizações além das já citadas anteriormente: aquisições de servidores e infraestrutura de rede para os serviços de *Data Center*, Processamento Eletrônico de Envelopes (PEE) e para os serviços de suporte administrativo de TI, renovação de estações de trabalho de diversas áreas e reforma do centro de reparos da matriz.

2.3. Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

A BB Tecnologia e Serviços apresentou lucro líquido de R\$ 26,1 milhões em 2013, resultado 45,1% superior ao exercício de 2012. O lucro representa a consolidação da Companhia como importante parceira estratégica do seu controlador, o Banco do Brasil S.A., e demonstra a geração de resultados sustentáveis pelas áreas de negócios. Este resultado é reflexo de um conjunto de ações estruturantes realizadas ao longo de 2013, tanto nas unidades operacionais quanto administrativas.

Em essência, o ganho de produtividade nos principais negócios existentes com incremento de volumes e de margens gerou um maior lucro bruto em 2013.

A execução do plano de ações e o cumprimento das metas estabelecidas contribuíram para o resultado alcançado pela empresa no ano de 2013.

Durante o ano houve a expansão de volumes dos negócios com o aumento no número de equipamentos do parque da Assistência Técnica, dos serviços de Tecnologia da Informação (Fábricas de Software e Serviços de Mensagens) e dos serviços de digitalização de documentos.

A Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária (DISIB) foi reestruturada por meio da Nota Técnica DISIB 037/2013, para atender aos negócios atuais e previsões de negócios futuros, com alterações nas gerências administrativas.

O desempenho alcançado refletiu as melhoras de eficiência na operação e nos processos com a qualificação constante do quadro de pessoal próprio e nomeação de novos concursados.

São resultados do planejamento estratégico da Companhia algumas ações, como:

- **Iniciativas de comunicação:** criação de nova marca e identidade visual para consolidar o novo modelo de relacionamento com seu controlador, ampliação do atendimento ao público externo em vista de atender à Lei Acesso a Informação (Lei 12.527/2011) e otimização do fornecimento de respostas às solicitações aos Órgãos de Controle Externo.
- **Iniciativas de negócio:** expansão dos serviços de manutenção de infraestrutura bancária (CFTV, PGDM, Nobreak e sala online), início da operação dos serviços de Tesouraria, Alarmes, Telecobrança e Crédito Imobiliário e reestruturação administrativa da Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária (DISIB).
- **Iniciativas de suporte:** em continuidade às ações iniciadas em 2012 de modo a revisar a estrutura organizacional da Companhia, foram criadas as Divisões de Custos e Tributária, para mitigar os riscos inerentes às suas áreas de atuação, e a Divisão de Ouvidoria, como parte da nova realidade de cultura organizacional implantada pela Gerência de Gestão de Pessoas. Foi lançada ainda a Universidade Corporativa, em parceria com o Banco do Brasil, oferecendo cursos presenciais e virtuais para qualificação dos colaboradores.

Os indicadores de desempenho da gestão desenvolvidos pela Companhia para medir a efetividade dos principais processos são os descritos nos itens a seguir:

a) Margem Bruta - relação entre o Lucro Bruto e a Receita Operacional Líquida no relatório contábil “Demonstração do Resultado do Exercício”.

b) Margem EBITDA – relação entre o valor do EBITDA e a Receita Operacional Líquida. O EBITDA equivale ao LAJIDA, ou seja: lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

c) Retorno sobre o PL (anualizado) – representa a taxa de retorno do investimento dos acionistas na empresa. Relação entre o Resultado Líquido e o Patrimônio Líquido do período imediatamente anterior.

d) ROB TOTAL – valor da rubrica Receita Operacional Bruta no relatório contábil “Demonstração do Resultado do Exercício”.

e) Percentual em Novos Negócios – percentual de receita dos novos negócios da Companhia sobre a Receita Operacional Bruta no relatório contábil “Demonstração do Resultado do Exercício”.

f) Horas/ano de Treinamento – média por empregado - média de horas de treinamento realizadas por empregado BB Tecnologia e Serviços.

g) Eficiência em Processos – relação entre as despesas e custos com pessoal e infraestrutura e a rubrica Receita Operacional Líquida (ROL).

h) Eficiência na Operação – relação entre os custos com a operação e os riscos operacionais e a rubrica Receita Operacional Líquida (ROL).

- Indicadores em números – Financeiros:

OBJETIVO 1 - GERAR RESULTADOS OPERACIONAIS SUSTENTÁVEIS	Orçado Acumulado 2013	Realizado Acumulado 2013
Margem Bruta	16,0%	14,0%
Margem EBITDA	5,1%	-3,4%
Retorno sobre o PL (anualizado)	13,5%	18,0%
OBJETIVO 2 - EXPANDIR O FATURAMENTO	Orçado Acumulado 2013	Realizado Acumulado 2013
ROB TOTAL (R\$ mil)	606.856	616.136
Percentual em Novos Negócios	18,7%	19,3%

O efeito do indicador EBITDA, que inverteu o sinal, ocorreu em função de eventos extraordinários referentes a ajustes contábeis no balanço patrimonial da Companhia, em dezembro de 2013, decorrentes da constituição de diversas provisões no balanço da Companhia, não previstas quando da elaboração do orçamento anual.

- Indicadores em números – Operacionais:

OBJETIVO 3 - FORTALECER A COMPETÊNCIA EMPRESARIAL	Orçado Acumulado 2013	Realizado Acumulado 2013
Horas/ano de Treinamento - média por empregado	25,0 h	34,2 h
OBJETIVO 4 - ELEVAR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL	Orçado Acumulado 2013	Realizado Acumulado 2013
Eficiência em Processos	57,6%	59,7%
Eficiência na Operação	35,6%	35,4%

Fonte: Gerência Financeira (GFI) – Divisão de Controladoria (DCON).

3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

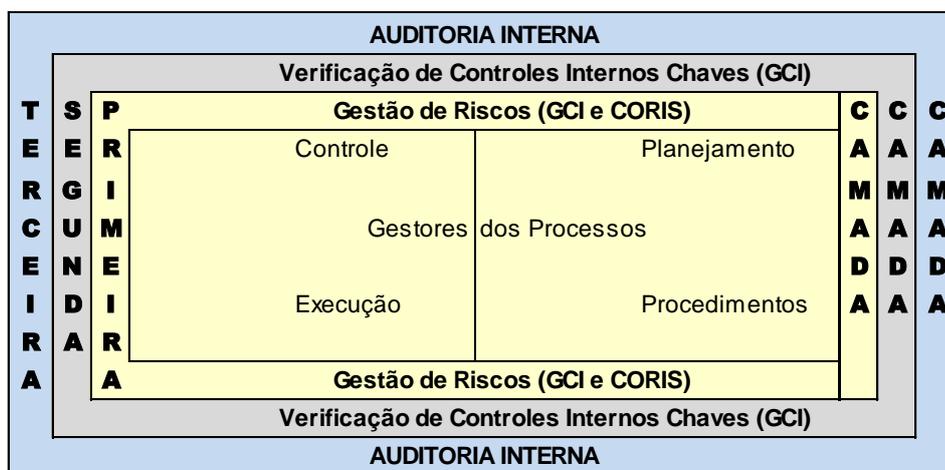
3.1. Estrutura de Governança

Por meio das práticas de governança corporativa, a BB Tecnologia e Serviços demonstra que sua Administração se compromete com a transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade socioambiental, suportadas pela utilização de processos de monitoramento que alinham o comportamento dos executivos ao interesse dos Acionistas e da Sociedade.

O modelo de governança de riscos adotado pela BBTS envolve estrutura de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva, com a participação de diversas áreas da Instituição, contemplando os seguintes aspectos:

- a) estrutura específica de gestão de risco e avaliação de controles internos;
- b) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- c) normas claras de alçadas.

A estrutura de governança da Companhia está dividida em três camadas, que são demonstradas no esquema a seguir:



Na primeira camada estão as diversas áreas que respondem pelos processos da Companhia. Os gestores dessas áreas são responsáveis pela gestão plena de seus processos e pelos resultados decorrentes de sua atuação, inclusive no que se refere à gestão de riscos e à conformidade com as leis e regulamentos internos e externos. A gestão de riscos define políticas, metodologias, interfere e condiciona as áreas, no que se refere à gestão de seus riscos inerentes.

Nessa camada atuam ainda a Gerência de Controles Internos (GCI) e o Comitê de Riscos (CORIS), auxiliando e interagindo com as áreas no que diz respeito à identificação, análise e tratamento dos riscos corporativos da Empresa.

O CORIS tem o objetivo de assegurar a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia com a visão integrada dos riscos, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos, e avaliar de modo unificado os planos de ação de aperfeiçoamento e correção para minimizar os riscos.

A Gerência de Controles Internos (GCI) está presente também na segunda camada de controle, atuando na verificação de conformidade dos processos com as leis e regulamentos internos e externos, na avaliação e certificação dos controles internos estabelecidos pelos diversos gestores dos processos na primeira camada de controle, na validação das metodologias de riscos, no acompanhamento das ações mitigadoras de riscos e recomendações de melhoria de controles internos, no acompanhamento das recomendações e demandas dos Órgãos externos de controle.

Na terceira camada encontra-se a Auditoria Interna (AUDIT), subordinada ao Conselho de Administração (CONAD). Pela sua independência, contribui para o sistema de gestão de riscos e de controles internos, a partir dos resultados dos processos das auditorias. A auditoria interna fiscaliza e avalia o grau de confiabilidade dos controles internos, buscando garantir sua eficiência e eficácia.

A estrutura de governança da Companhia possui Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, a saber: ao Conselho de Administração: Comitê de Auditoria (COAUD) e Comitê de Estratégia e Negócios (COEST) e à Diretoria Executiva: Comitê de Riscos (CORIS) e Comitê de Tecnologia de Informação (COMTI) e Comitê Executivo (COMEX).

O Conselho de Administração (CONAD) tem por finalidade fixar a orientação geral dos negócios, aprovando as Políticas, Diretrizes Estratégicas, Orçamento, Planejamento Estratégico, Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis, Composição e Remuneração dos membros da Diretoria Executiva.

Ao Conselho Fiscal (COFIS) cabe fiscalizar, por quaisquer dos seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinando sobre as Demonstrações Contábeis e Relatório Anual da Administração ou quaisquer propostas da Administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures, bônus de subscrição, planos de investimentos, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral.

O Comitê de Auditoria (COAUD) também se reporta ao CONAD e tem por finalidade assessorá-lo no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, às suas deliberações relacionadas a operações financeiras, questões fiscais e relatórios contábeis e gerenciais da Empresa, bem como manifestar-se sobre a efetividade do sistema de controles internos e supervisionar as atividades e avaliar os trabalhos da Auditoria Externa e da Auditoria Interna da Companhia.

O Comitê de Estratégia e Negócios (COEST) reporta-se ao CONAD, tendo por finalidade assessorá-lo em suas deliberações relacionadas à realização do objeto social da Companhia, bem como ao planejamento, orçamento e política de gestão de risco global da Empresa.

O Comitê de TI é um órgão colegiado de natureza executiva que tem por finalidade promover o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação com as diretrizes, objetivos e metas, definidas no Planejamento Estratégico da Companhia e no Planejamento Estratégico de TI – PETI e, contribuir para a evolução da maturidade da gestão e governança de TI.

O Comitê Executivo (COMEX) é um órgão de natureza executiva que tem por finalidade decidir sobre pagamento de perdas oriundas de riscos operacionais, dispêndios destinados a solução de litígios trabalhistas, aquisição, locação, cessão em comodato, conservação, manutenção, alienação de bens e serviços, examinar Plano de Investimentos fixos submetidos a Diretoria Executiva e

selecionar e autorizar dispêndios para implementação de projetos de investimentos fixos. Os limites de alçada do COMEX são definidos pela Diretoria Executiva.

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A avaliação do funcionamento dos controles internos está contemplada no quadro a seguir.

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					x
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e					x

alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<p>Análise Crítica:</p> <p>I - Gestão de Riscos:</p> <p>A Política de Gestão de Riscos, aprovada em 2010, foi revisada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração (CONAD) em 2013. A principal alteração da Política de Gestão de Riscos foi à transferência das informações referentes à metodologia de gestão de riscos e estrutura de gerenciamento para uma nova Norma Interna de Gestão de Riscos – NI 910, permanecendo na Política somente os princípios de Gestão de Riscos que não foram alterados.</p> <p>A Política de Gestão de Riscos estabelece as intenções e diretrizes gerais para o processo sistemático de gestão de riscos, de modo a resguardar a Companhia de possíveis danos, permitindo uma gestão proativa, segura e com qualidade. Cabe acrescentar que a presente Política visa à disseminação e fortalecimento da cultura de gestão de risco entre os colaboradores da BB Tecnologia e Serviços em seus diversos níveis. A Norma Interna 905 estabelece os procedimentos, papéis e responsabilidades de gestão de riscos.</p> <p>As Gerências da Companhia foram acionadas e assessoradas pela Gerência de Controles Internos (GCI) visando o mapeamento dos riscos operacionais de seus principais processos, utilizando metodologia específica definida na Norma Interna 905. A partir do mapeamento dos riscos são definidas ações específicas de contorno para procurar mitigar os riscos.</p> <p>Atuação do Comitê de Riscos (CORIS): Em 2013 foram realizadas doze reuniões do Comitê. Os níveis de maturidade organizacional em gestão de riscos foram mensurados em levantamento realizado pelo TCU com base em índice atribuído por metodologia definida pelo Tribunal. O índice obtido pela BB Tecnologia e Serviços foi de 86,2%, que corresponde ao nível de maturidade avançado (80,1% até 100%).</p> <p>II – Controles Internos:</p> <p>A Companhia possui Conselho Fiscal constituído, Auditoria Interna subordinada ao Conselho de Administração, dois Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e estrutura específica de Controles Internos.</p>					

A Gerência de Controles Internos focou esforços em 2012 e 2013 no mapeamento dos riscos dos principais processos da Companhia, na verificação da eficácia dos controles-chaves dos principais processos e no acompanhamento das recomendações dos Órgãos de Controle Externo.

Em 2013, foram realizadas verificações da eficácia dos controles internos dos processos-chave e de negócios com emissão de relatórios e de Recomendações Técnicas de Controle com ações de correção para as fragilidades de controle identificadas.

II – Gestão de Continuidade dos Negócios:

Em Dez./13, foi publicada a Política de Gestão da Continuidade que estabelece as intenções e diretrizes gerais para o processo de gestão de continuidade de negócios da BBTS, de modo a minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades essenciais ou críticas da Companhia.

Fonte: Gerência de Controles Internos (GCI); Norma Interna 904 - Política de Gestão de Riscos; Ofício 44/2014 - TCU Seaud de Jan./14; Norma Interna 905 - Gestão de Riscos Operacionais; Norma Interna 908 – Política de Gestão de Continuidade de Negócios; Regimento Interno do Comitê de Riscos e Código de Conduta e Ética.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

Fonte: Gerência de Controles Internos (GCI).

3.3. Remuneração Paga a Administradores

3.3.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração global dos administradores é fixada em Assembleia Geral Ordinária, conforme artigo 11, inciso IV, do Estatuto Social, tendo como base normativa o artigo 152 da Lei 6.404/76, com alterações dadas pela Lei 9.457/97.

A prática de remuneração dos administradores adotada pela BB Tecnologia e Serviços tem por objetivo atrair e motivar os executivos de forma a sempre manter o padrão de excelência requerido na Companhia e encontra-se alinhada às práticas de remuneração do controlador Banco do Brasil.

A remuneração paga a administradores é constituída pelos seguintes elementos: honorários, gratificação natalina, férias, auxílio-alimentação, auxílio-moradia, assistência médica e avaliação anual de saúde.

A proporção de cada elemento na remuneração total em 2013 está demonstrada no quadro a seguir.

ITENS	% DE PARTICIPAÇÃO NA REMUNERAÇÃO
Honorários	81,58%
Gratificação natalina	7,41%
Férias	2,31%

Auxílio-alimentação	2,50%
Assistência médica	3,83%
Auxílio-moradia	1,79%
Avaliação de saúde	0,58%
Total Diretoria	100,00%

Os elementos que compõem a remuneração fixa paga à Diretoria Executiva, com exceção do auxílio-moradia, cujo limite máximo é R\$ 1.800,00, seguro de vida e avaliação anual de saúde, são reajustados com base em índice definido pelo controlador Banco do Brasil.

A composição da remuneração fixa paga à Diretoria Executiva está baseada na política de remuneração do Banco do Brasil. A Companhia não apresentou, para o ano de 2013, Programa de Participação nos Lucros e Resultados para Dirigentes.

3.3.2. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

O Quadro A.3.3.2, onde consta o demonstrativo da remuneração mensal de membros de Conselhos, pode ser consultado no Anexo I.

3.3.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

O Quadro A.3.3 foi customizado para se adequar ao contexto da Companhia. Dessa forma, os itens II (Remuneração variável), IV (Benefícios pós-emprego), V (Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo), VI (Remuneração baseada em ações) foram suprimidos e o item III (Total da remuneração), reenumerado para item II. Além disso, o Quadro A.3.3 foi subdividido em três subquadros, os quais contêm informações, respectivamente, sobre a Diretoria Executiva (DIREX), Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (COFIS).

Quadro A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores
Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva (DIREX)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	6	6	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	2.407.117,11	1.814.441,35	1.653.870,22
<i>a) salário ou pró-labore</i>	2.197.661,43	1.733.754,78	1.597.699,05
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	209.455,68	80.686,57	56.171,17
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	0	0	0
<i>d) outros</i>	0	0	0
II – Total da Remuneração	2.407.117,11	1.814.441,35	1.653.870,22

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Administração (CONAD)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	16	12	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	208.757,75	199.179,23	157.075,85
<i>a) salário ou pró-labore</i>	208.757,75	199.179,23	157.085,85
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	0	0	0

<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	0	0	0
<i>d) outros</i>	0	0	0
II – Total da Remuneração	208.757,75	199.179,23	157.075,85

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Fiscal (COFIS)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	5	3	2
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	84.578,50	68.244,88	64.496,83
<i>a) salário ou pró-labore</i>	84.578,50	68.244,88	64.496,83
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	0	0	0
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	0	0	0
<i>d) outros</i>	0	0	0
II – Total da Remuneração	84.578,50	68.244,88	64.496,83

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

3.3.4. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não foram distribuídos bônus ou participação no resultado a membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no exercício de 2013.

3.4. Sistema de Correição

O sistema de correição da Companhia tem por base regulamentar a Norma Interna nº 116 (Regulamento Disciplinar), que define as regras para o estabelecimento da instauração de inquérito administrativo e processo administrativo, para apuração de irregularidades cometidas por funcionário ou ex-funcionário e as sanções disciplinares previstas na BB Tecnologia e Serviços.

Por ser uma empresa integrante da Administração Pública Indireta e se tratando de pessoa jurídica de Direito Privado, constituída sob a forma de sociedade anônima controlada pelo Banco do Brasil S.A, o vínculo contratual que liga o funcionário à empresa, numa relação laborativa, é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), independentemente da necessidade de contratação por intermédio de prévia aprovação em concurso público, conforme art. 37, II, da Constituição Federal.

São competências da unidade de correição da Companhia o levantamento da ocorrência, o inquérito administrativo e o processo administrativo.

Compete à Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) gerir o sistema de correição da Companhia. Nesse sentido, a GGP é responsável pelas três etapas que compõem o Processo Disciplinar, a saber: levantamento da ocorrência, inquérito administrativo e processo administrativo.

O inquérito administrativo, o processo administrativo e as sanções disciplinares aplicam-se a todas as áreas operacionais e administrativas, integradas por funcionário ou ex-funcionário da Companhia, e cargo de livre provimento – Direção e Assessoramento Superior (DAS), independentemente do cargo ou função desempenhada. Ao empregado cedido por outra instituição aplicam-se o inquérito administrativo e o processo administrativo, sendo a sanção disciplinar determinada pelo órgão cedente do funcionário.

O procedimento de apuração administrativa tem início a partir de:

- a) representação de ocorrência corporativa lavrada por qualquer colaborador integrante da Gerência de Gestão de Pessoas, mediante solicitação e justificativa prévia do Gestor Responsável pela área objeto da irregularidade verificada, no caso de infração disciplinar;
- b) recebimento de denúncia interna ou externa;
- c) solicitação formal de apuração oriunda de órgãos fiscalizadores, Conselho de Administração ou Diretoria Executiva.

O processo tem prazo previsto para início e término e prevê possibilidade de sanções disciplinares que poderão ser aplicadas pelo Comitê Deliberativo.

3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU (Não aplicável)

3.6. Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos

Em 2013, a Gerência de Controles Internos, considerando os cinco componentes do COSO e respectivos princípios, o resultado das verificações de eficácia de controles executadas em 2013, as verificações da CGU, bem como recomendações e boas práticas relacionadas à Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade com Regulamentos e Leis, e após aplicar metodologia própria, concluiu que os Controles Internos encontram-se adequados aos negócios da Companhia.

A definição da estrutura de Controles Internos em camadas, o foco dado pela alta administração e pelo acionista majoritário (BB) à Gestão de Riscos e Continuidade de Negócios, a revisão da estrutura de Governança de TI, os incentivos e investimentos na educação corporativa, contribuíram nos últimos exercícios para fortalecer as diretrizes de governança, gestão de risco e conformidade.

Fonte: NT PRESI 2014/020 de Jan./14.

4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

4.1. Execução das Despesas

4.1.1. Programação

O Quadro A.4.1.1 foi customizado para adequação ao contexto da Companhia. Dessa forma, as informações relacionadas à coluna 'Créditos' e a linha 'Outras Operações', quando não aplicáveis, foram suprimidas.

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Cobra Tecnologia S/A	Código UO: 25230		UGO: Não aplicável
Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa Correntes		
	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL	113.218.559,00	8.598.084,00	445.158.956,00
Outras Operações	22.508.054,00	(5.744.703,00)	(25.205.990,00)

Dotação final 2013 (A)		135.726.613,00	2.853.381,00	419.952.966,00	
Dotação final 2012(B)		108.201.561,00	7.716.284,00	434.071.037,00	
Variação (A/B-1)*100		(20,28)	170,43	3,36	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		9.113.184,00	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	700.000,00	-	-	-
Dotação final 2013 (A)		9.813.184,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)		15.510.641,00	-	-	-
Variação (A/B-1)*100		(36,73)	-	-	-

Fonte: Gerência Financeira (GFI).

4.1.1.1. Análise Crítica

A execução orçamentária realizada até setembro de 2013 demonstrou a necessidade de revisão do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e consequente reprogramação junto ao DEST, conforme Nota Técnica DIFIS 2013/320.

O aumento na dotação da rubrica de Pessoal e Encargos Sociais se deve à substituição da mão de obra terceirizada por pessoal próprio e aumento da estrutura administrativa da Companhia para atender ao novo modelo de relacionamento com o Banco do Brasil.

A redução na dotação da rubrica de Juros e Encargos da Dívida decorre de não ter havido necessidade de novo endividamento oneroso referente ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

O aumento na dotação da rubrica de Investimentos deve-se à suplementação orçamentária de R\$ 700 mil na Ação 4102 – Bens Móveis para atender a expansão dos negócios da Companhia e a melhoria das condições de trabalho dos colaboradores. A variação entre a dotação final de 2012 e 2013 é decorrente da orçamentação de investimentos em 2013 com os valores próximos ao realizado dos últimos anos, aliada à utilização de recursos próprios.

4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa (Não aplicável)

4.1.3. Realização da Despesa

4.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

O Quadro A.4.1.3.1 foi customizado de forma a se adequar ao contexto da Companhia. Nesse sentido, foram suprimidos os itens 3 (Regime de Execução Especial) e 5 (Outros), por não serem aplicáveis, e renumerados os outros itens.

Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Modalidade de Contratação	Despesa Contratada (Licitações e Contratações) e Liquidada (Pessoal)	
	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	221.748.235,91	46.979.397,17
a) Convite	226.610,24	102.918,76
b) Tomada de Preços	331.550,00	131.754,92
c) Concorrência	-	-
d) Pregão (eletrônico e presencial)	221.190.075,67	46.744.723,49
e) Concurso	-	-
f) Consulta	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-
2. Contratações Diretas (j+k)	286.188.814,02	326.205.404,57
j) Dispensa	59.322.688,09	36.716.979,36
k) Inexigibilidade	226.866.125,93	289.488.425,21
3. Pagamento de Pessoal (l+m)	154.115.134,75	122.006.975,25
l) Pagamento em Folha	151.108.479,98	119.942.068,88
m) Diárias	3.006.654,77	2.064.906,37
4. Total (1+2+3)	662.052.184,68	495.191.776,99

Fonte: Gerência de Licitações e Contratos (GLC) e Gerência Financeira (GFI) – Divisão de Contabilidade Societária e Fiscal (DCTA).

4.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ (Não aplicável)

4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

O Quadro A.4.1.3.3 foi customizado para se adequar ao contexto da Companhia.

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Grupos de Despesa	Orçado Aprovado		Realizado	
	2013	2012	2013	2012
Dispêndios Correntes	558.533	549.989	546.828	571.951
Pessoal e Encargos Sociais	135.727	108.202	131.121	106.294
Materiais e Produtos	31.114	78.305	34.737	76.199
Serviços de Terceiros	264.850	242.998	304.594	281.593
Utilidades e Serviços	9.568	10.020	9.081	9.126
Tributos e Encargos Parafiscais	95.033	88.774	46.007	80.411
Encargos Financeiros e Outros	2.853	7.716	2.845	6.165
Outros Dispêndios Correntes	19.388	13.974	18.443	12.163

Investimentos no ativo imobilizado	9.813.184	15.510.641	9.739.430	8.377.580
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informações e Teleprocessamento	8.289.397	7.158.441	7.562.537	1.542.422
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Máquinas, Equipamentos e Veículos	861.885	7.842.200	1.695.160	6.772.457
Manutenção de Bens Imóveis para Atividades Operacionais	661.902	510.000	481.733	62.701

Fonte: Gerência Financeira (GFI) – Divisão de Controladoria (DCON).

4.1.3.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados diretamente pela UJ (Não aplicável)

4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação (Não aplicável)

4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (Não aplicável)

4.1.3.7. Análise Crítica da Realização da Despesa

O aumento nos dispêndios de Pessoal e Encargos Sociais é devido à substituição da mão de obra terceirizada por pessoal próprio (concursados), tendo sido admitidos 770 novos funcionários durante o exercício de 2013, com reflexos diretos na folha de pagamento (salários, encargos, benefícios, dissídio e outras rubricas).

O realizado de 2012 em Materiais e Produtos foi influenciado pela venda de licenças Microsoft ao Banco do Brasil S/A (aproximadamente R\$ 55 milhões), o que não se repetiu em 2013.

A variação em Tributos e Encargos Parafiscais ocorreu devido ao aproveitamento de créditos tributários no valor de R\$ 49 milhões referentes a prejuízos fiscais mais diferenças intertemporais de anos anteriores. Sem os efeitos do crédito tributário esta rubrica aumentaria devido à variação causada pelo efeito do benefício fiscal da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) em 2012 e pelos impostos sobre o faturamento, seguindo o crescimento dos negócios da Companhia em 2013.

A variação em Encargos Financeiros e Outros ocorreu devido à redução do endividamento da empresa, que culminou com a liquidação do FIDC em dezembro de 2013.

O aumento em Outros Dispêndios Correntes decorreu da locação de novos imóveis necessários à operação de novos negócios (principalmente o serviço de Crédito Imobiliário) e aumento da estrutura administrativa da Companhia. Além disso, com o resultado da empresa em 2013 maior que em 2012, houve um aumento na provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados.

4.2. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (Não aplicável)

4.2.1. Análise Crítica (Não aplicável)

4.3. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Não aplicável)

4.3.1. Análise Crítica (Não aplicável)

4.4. Transferência de Recursos

4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

O Quadro A.4.4.1, que contempla os valores das transferências vigentes no exercício de 2013, pode ser consultado no Anexo II.

4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Cobra Tecnologia S/A					
CNPJ:	42.318.949/0001-84					
UG/GESTÃO:	25230					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	6	5	4	18.905.533,10	15.150.742,00	12.322.539,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	6	5	4	18.905.533,10	15.150.742,00	12.322.539,00

NOTA Os montantes informados representam a soma dos valores da coluna “No Exercício” do Quadro A.4.4.1 (Anexo II).

4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Cobra Tecnologia S/A					
CNPJ: 42.318.949/0001-84		UG/GESTÃO: 25230			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	13	-	-
		Montante Repassado	54.335.841,54	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	8	-	-
		Montante Repassado	45.582.647,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	8	-	-

		Montante Repassado	31.308.367,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Quantidade de convênios listados no Quadro A.4.4.1 (Anexo II) e informações de conformidade de prestação de contas prestadas pela Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) e Gerência de Comunicação e Apoio à Governança (GCG).

4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Cobra Tecnologia S/A							
CNPJ: 42.318.949/0001-84			UG/GESTÃO: 25230				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos			
				Convênios	Contratos de Repasse		
2013	Quantidade de Contas Prestadas			13	-		
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	13	-		
			Quantidade Reprovada	-	-		
			Quantidade de TCE	-	-		
			Montante Repassado (R\$)	54.335.841,54	-		
	Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
			Montante Repassado (R\$)	-	-		
			Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
					Quantidade Reprovada	-	-
	Quantidade de TCE	-			-		
	Montante Repassado (R\$)	-			-		
	Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
Montante Repassado (R\$)			-	-			
2012	Quantidade de contas prestadas			8	-		
	Contas Analisadas	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	8	-		
			Quantidade Reprovada	-	-		
			Quantidade de TCE	-	-		
			Montante repassado	-	-		
	Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
Montante repassado (R\$)			45.582.647,00	-			
2011	Quantidade de Contas Prestadas			8	-		
	Contas analisadas	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	8	-		
			Quantidade Reprovada	-	-		
			Quantidade de TCE	-	-		
			Montante Repassado	-	-		
	Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
			Montante Repassado	31.308.367,00	-		
Exercício Anterior a 2011			Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
	Montante Repassado	-		-			

4.4.5. Análise Crítica

Com relação ao convênio com a Associação dos Empregados da Cobra (AEC), que tem por objetivo proporcionar aos associados e demais funcionários da BBTS atividades de caráter assistencial, social, cultural, esportivas, de lazer, bem como administrar benefícios que complementem aqueles ofertados pela BBTS, as oscilações ocorreram devido ao fato de que com o aumento do quantitativo de pessoal no quadro próprio, também cresceu a quantidade de adesões ao seguro de vida, que dizem respeito a valores que são repassados para a AEC.

Para o instrumento GRH-BB, que se trata de novo convênio com o Banco do Brasil para requisição de funcionários, a oscilação se deve ao fato de a quantidade de cedidos ter aumentado de 34 para até 52 funcionários.

Os convênios com a Associação dos Empregados Cobra (AEC), Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec), Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro – Eloy Silva e Banco do Brasil (requisição de funcionários) são gerenciados pela Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) por meio de conferência de documentos e folha de pagamento de menores e descontos efetuados dos funcionários em favor da AEC.

Não houve necessidade de adoção de medidas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente, visto que as prestações de contas foram realizadas dentro dos prazos regulamentares.

Os convênios de responsabilidade socioambiental (RSA) foram encerrados em dezembro de 2013.

4.5. Suprimentos de Fundos (Não aplicável)

4.6. Renúncias sob a Gestão da UJ (Não aplicável)

4.7. Gestão de Precatórios (Não aplicável)

4.7.1. Requisições e Precatórios da Administração Direta (Não aplicável)

4.7.2. Requisições e Precatórios da Administração Indireta (Não aplicável)

4.7.3. Análise Crítica (Não aplicável)

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

5.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1. Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3087	2127	803	292
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3087	2127	803	292
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3017	2075	773	280
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	70	52	30	12
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	63	47	4	17
4. Total de Servidores (1+2+3)	3150	2174	807	309

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

5.1.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	4
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	4
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	7

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	63	47	4	17
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	63	47	4	17
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	444	513	30	42
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	374	461	0	30
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	70	52	30	12
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	507	560	34	59

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

**Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária
Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	564	550	311	170	19
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	564	550	311	170	19
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	111	174	97	112	14
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	22	8	12	3
2.3. Funções Gratificadas	110	152	89	100	11
3. Totais (1+2)	675	724	408	282	33

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	5	921	677	8	3	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	5	921	677	8	3	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provitamento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	193	300	14	1	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	9	33	4	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	184	267	10	1	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	5	1114	977	22	4	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

O Quadro A.5.1.3, que apresenta os custos de pessoal da Companhia, pode ser consultado no Anexo III. As linhas relacionadas às informações sobre membros de poder e agentes políticos, servidores com contratos temporários, e servidores ocupantes de cargos de natureza especial foram suprimidas por não se adequarem a realidade da Companhia.

5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas (Não aplicável)

5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria (Não aplicável)

5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada (Não aplicável)

5.1.5. Cadastramento no SISAC

5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	770	497	770	497
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	770	497	770	497

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

5.1.5.2. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	280	302	280	302
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento (Reintegração)	3	-	3	-
Totais	283	302	283	302

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

5.1.5.3. Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	380	320	42	28
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	380	320	42	28
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	191	62	16	11
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento (Reintegração)	-	-	-	3
Total	191	62	16	14

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico (Não aplicável)

5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Companhia possui norma interna (NI 137 – Admissão de Funcionários Concursados) que estabelece a criação de dossiê funcional composto por uma série de documentos do funcionário, incluindo declaração no padrão do FQ 137-003, preenchida no ato da posse, por meio da qual o colaborador declara não possuir qualquer cargo, emprego ou função na Administração Pública direta ou indireta, e não estar em licença sem vencimento do serviço público, que represente impedimento à posse e ao exercício do cargo que ocupará na BB Tecnologia e Serviços, nos termos dos artigos 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e 118, §1º, da Lei 8.112/90.

No mesmo documento o funcionário se compromete a comunicar à BB Tecnologia e Serviços, quaisquer modificações da situação declarada e a exonerar-se do cargo, emprego ou função ocupada em outra instituição da Administração Pública, como condição de sua permanência nos quadros da BB Tecnologia e Serviços. Declara, ainda, estar ciente de que o descumprimento destes dispositivos possibilita à empresa proceder à sua demissão por justa causa, em razão da acumulação vedada nos termos do artigo 482, alínea a, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452/43.

5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

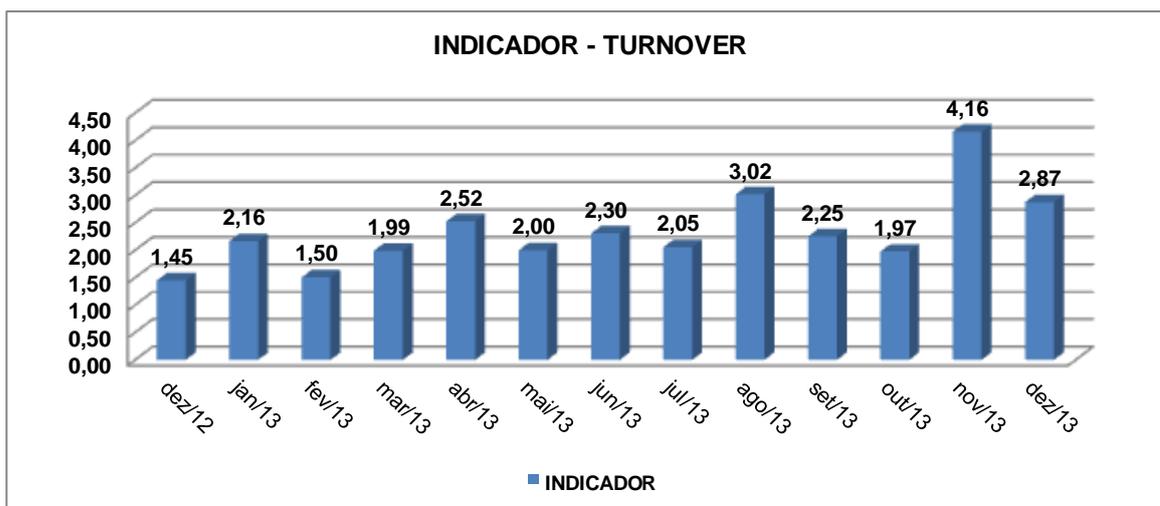
Durante o exercício de 2013 foi verificado, por meio da Ouvidoria Interna da Companhia, um caso de acúmulo de empregos públicos de forma indevida. Antes de serem adotadas quaisquer providências em relação ao caso, o funcionário solicitou seu desligamento alegando razões particulares.

5.1.8. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Turnover

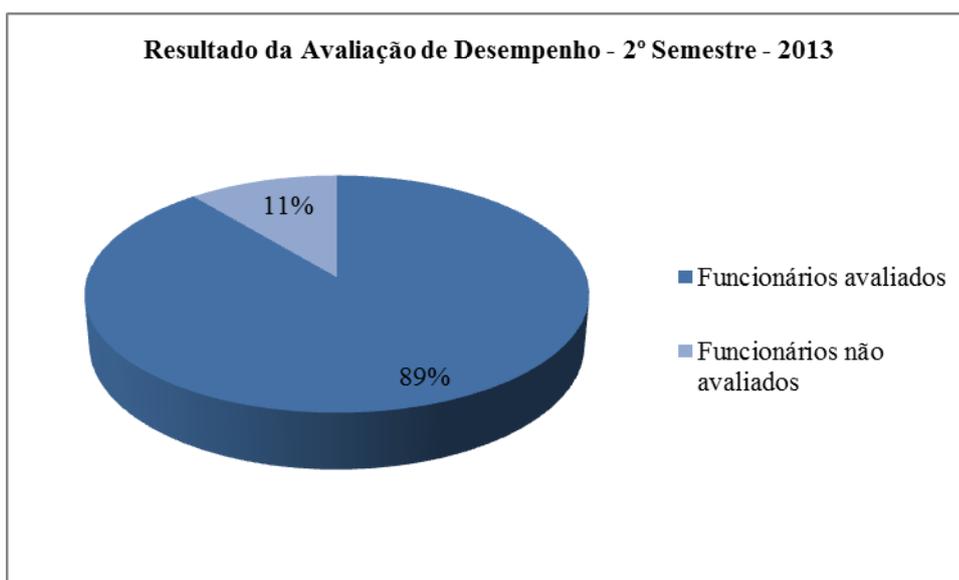
O indicador de *turnover* visa monitorar o quantitativo de colaboradores ingressos e egressos. Com o advento da substituição dos prestadores de serviços por empregados do quadro próprio esse indicador deve se manter acima de 2,8 até a conclusão do processo de internalização.

INDICADOR TURNOVER GLOBAL				
MÊS	QTDE. EMPREGADOS	ADMISSÃO	DESLIGAMENTOS	INDICADOR
dez/12	1642	31	16	1,45
jan/13	1666	47	24	2,16
fev/13	1685	35	15	1,50
mar/13	1704	43	24	1,99
abr/13	1744	63	23	2,52
mai/13	1764	45	25	2,00
jun/13	1796	57	25	2,30
jul/13	1810	44	30	2,05
ago/13	1869	85	26	3,02
set/13	1910	63	22	2,25
out/13	1940	53	23	1,97
nov/13	2054	140	26	4,16
dez/13	2122	94	26	2,87



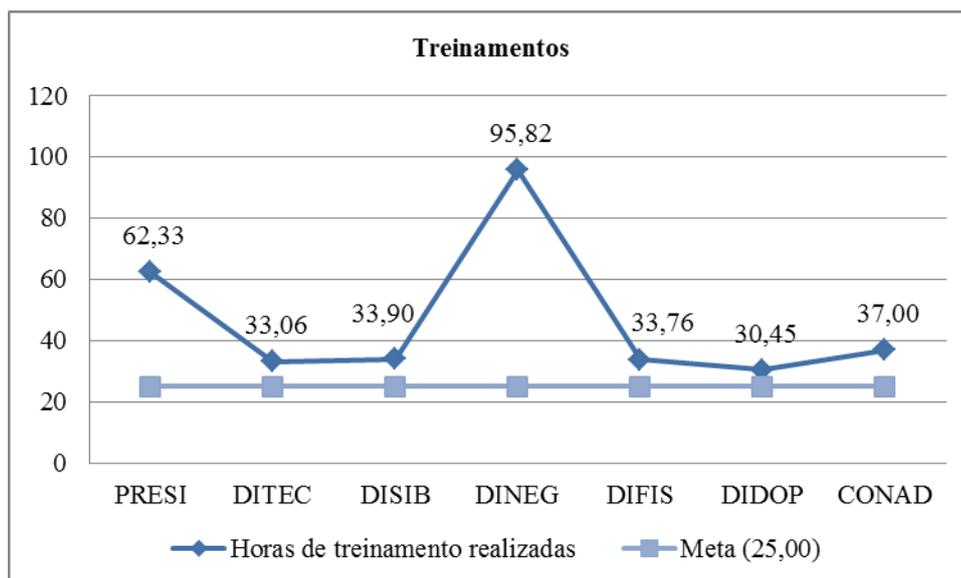
Avaliação de Desempenho

O indicador de avaliação de desempenho visa monitorar o desempenho dos colaboradores.



Treinamento

O indicador de treinamento visa monitorar o quantitativo de horas realizadas pelos colaboradores conforme disposto no planejamento estratégico da companhia.



5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Auxiliar de Operações	13	26	50	13	1
Técnico de Operações	72	151	277	73	48
Técnico Administrativo	3	47	37	0	0
Analista de Operações	93	96	7	37	33
Analista Administrativo	5	5	2	0	0
Técnico Especialista	0	0	0	0	0
Analista Especialista	102	95	59	42	38
Supervisor	7	3	68	2	1

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Substituição dos Prestadores de Serviços

A BB Tecnologia e Serviços atendendo à determinação do Acórdão 1705/2007 – Plenário do TCU, Acórdão 2132/2010 – TCU e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro vem sistematicamente substituindo os prestadores de serviços, cujas funções são abrangidas por seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

Tendo em vista essas determinações e os compromissos firmados pela BBTS, a substituição de prestadores de serviço tem seguido lógicas distintas para as atividades “TI” e “não TI”.

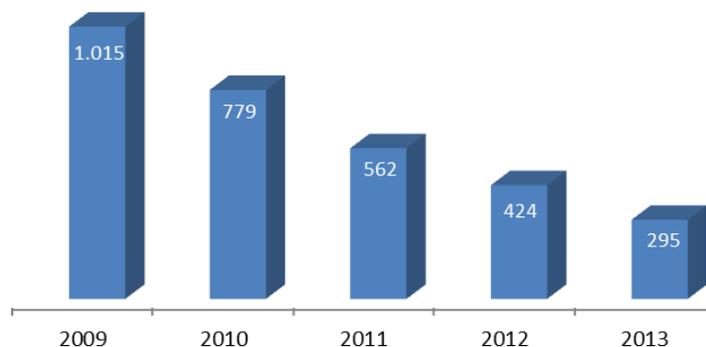
No que diz respeito às atividades “TI”, temos as Fábricas de Software, que foram formadas inicialmente com a alocação de profissionais de mercado, já experientes nos ambientes e soluções que seriam trabalhados. Essa abordagem foi importante para viabilizar o funcionamento do modelo e proporcionar uma resposta rápida. A contratação desses profissionais, entretanto, deu-se por meio de terceirização, o que não pode ser mantido indefinidamente.

O plano de substituição dos terceiros que desempenham atividades “TI” (Fábricas de Software), por pessoal próprio, tem como premissa a transferência de conhecimento sobre o trabalho com utilização de equipes mistas, formadas por terceiros com maior experiência profissional e pessoal do quadro próprio, recrutado por meio de concurso público, detentores de qualificação técnica, mas inexperientes no que se refere ao ambiente e aos sistemas.

Para acelerar a transmissão dos conhecimentos, foi estabelecido um processo de preparação prévia, onde grupos de profissionais aprovados em concurso são convocados, periodicamente, e passam por um ciclo preparatório de 90 dias, composto por treinamentos mesclados à atuação prática, onde serão capacitados nas ferramentas, ambientes e nos sistemas com que irão trabalhar. Desta forma, busca-se assegurar tanto a manutenção da qualidade dos resultados e os níveis de serviços acordados, quanto os prazos definidos pelos Órgãos de Controle para regularização do quadro de pessoal.

O quadro abaixo demonstra as substituições ocorridas dos prestadores por empregados do quadro próprio:

Evolução Substituição - Prestadores de Serviços

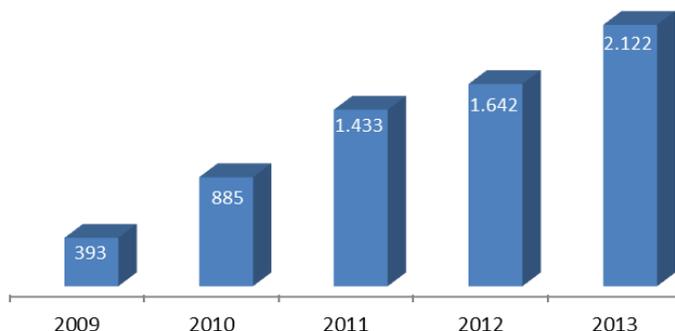


Evolução do Quadro de Pessoal

A companhia vem desenvolvendo esforços no sentido de substituir os terceirizados da empresa por funcionários oriundos de concursos públicos para os cargos abrangidos no PCCS da empresa.

Apresentamos abaixo a evolução do quadro próprio da empresa nos últimos anos:

Evolução do Quadro de Pessoal Próprio



A empresa no ano de 2013 empossou 770 novos funcionários e teve um *turnover* médio de 2,3%.

O ano de 2013 foi marcado por grandes avanços nas políticas de gestão de pessoas, com 74 mil horas de treinamento e a implantação de diversos programas para o desenvolvimento de competências empresariais e pessoais, como: processos seletivos para a ascensão profissional, Educação Continuada com bolsas de estudo, Desenvolvimento de Gestores, Programa Bem Vindo à BBTS, Jovem Aprendiz e Estagiário, além da formação de 56 Multiplicadores e 18 Educadores Corporativos.

Além dos avanços acima, a BBTS firmou com o Banco do Brasil, por meio de sua Universidade Corporativa UNIBB, o Convênio de Cooperação Técnica, objetivando a cooperação técnico-científica, acadêmica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos. Outro convênio com o Banco do Brasil foi renovado em 2013, para fins de cessão de funcionários do seu quadro próprio, com o intuito de desenvolver novas competências e projetos específicos na empresa.

Com todas essas inovações a BBTS se fortaleceu e inaugurou a Universidade Corporativa – UniBBTS, com um portal de educação à distância, utilizando tecnologias educacionais de ponta, baseadas em princípios filosóficos e educacionais. São treinamentos presenciais, em serviço, à distância, além dos contratados no mercado. Hoje temos 51 cursos, distribuídos por quatro trilhas de aprendizagem, acessadas a qualquer momento, que estão organizadas em três Escolas: Negócios e Serviços, Apoio aos Negócios e Gestão e Liderança.

Fonte: NT 2014/88 – DIFIS, RJ, 17 de março de 2014.

5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados (Não aplicável)

5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro A.5.2.3, que contém informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Companhia, pode ser consultado no Anexo IV.

5.2.4. Informações sobre a Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

O Quadro A.5.2.4, que contém informações sobre a locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos da Companhia, pode ser consultado no Anexo V.

5.2.5. Análise Crítica dos Itens 5.2.3 e 5.2.4

No que concerne ao andamento dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene, a Companhia identificou algumas dificuldades relacionadas à garantia dos direitos trabalhistas e rescisórios dos empregados alocados nos contratos, quando do encerramento do contrato (término da vigência) e nas situações de distrato contratual.

Diante desta identificação, a Companhia adotou soluções de contorno de modo a garantir os direitos trabalhistas e rescisórios dos empregados alocados nos contratos, procedendo à retenção e ao bloqueio dos créditos devidos à Contratada, pagando diretamente os salários e benefícios dos empregados e ainda recolhendo os encargos e contribuições previdenciárias.

Em alguns casos de distrato contratual, por conta da paralisação das atividades da Contratada por tempo indeterminado devido à inviabilidade econômica, tão logo a Companhia tomou conhecimento da condição da Empresa, firmou acordo no Ministério Público do Trabalho, com a participação do Sindicato da classe, onde ficou acordado que seriam realizados a retenção e o bloqueio dos créditos devidos à Contratada para pagamento dos salários, benefícios e verbas rescisórias, diretamente aos empregados alocados no contrato, até o limite dos créditos, com posterior encaminhamento dos comprovantes de pagamentos ao Sindicato.

A Contratada ficou incumbida de enviar para o Sindicato as guias de recolhimento de FGTS e INSS para a homologação da rescisão do contrato de trabalho dos empregados.

Sendo apurado posteriormente o saldo a ser pago a Contratada, deduzindo de seus créditos os pagamentos efetuados pela Companhia diretamente aos empregados alocados no contrato.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	21	13	16	18	159.155,99
1.1 Área Fim	8	3	3	4	43.571,62
1.2 Área Meio	13	10	13	14	115.584,37
2. Nível Médio	9	13	11	8	87.236,83
2.1 Área Fim	9	13	11	8	87.236,83
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
3. Total (1+2)	30	26	27	26	246.392,82

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

6. Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Companhia não possui frota de veículos próprios e cargo de motorista em seu plano de cargos e salários, possuindo 3 veículos de serviços alugados, sendo 2 em Brasília e 1 no Rio de Janeiro. Os veículos atendem as necessidades de movimentação da Diretoria Executiva e/ou necessidades da Administração.

Nome	CNPJ	Tipo de Licitação	Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota	Qtde. de veículos	Média anual de km rodados	Idade média anual por grupo de veículo	Custos associados à manutenção da frota
ANDRÉ VICTOR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	05.685.530/0001-34	Pregão eletrônico nº 03-2010-01-28	A empresa não dispõe de cargo de motorista em seus quadros e a contratação atende as necessidades de deslocamento do Corpo Diretivo e/ou necessidades da Administração. A contratação ocorreu por meio de Pregão Eletrônico.	1	33.000	01 ano	Nenhum
MOTOMIX LOCADORA E ENTREGA DE DOCUMENTOS LTDA-ME	06.315.035/0001-04	Pregão eletrônico nº 60-2012-11-05 (NT 2012/272)	A empresa não dispõe de cargo de motorista em seus quadros e a contratação atende as necessidades de deslocamento do Corpo Diretivo e de funcionários. A contratação ocorreu por meio de Pregão Eletrônico.	2	72.000	01 ano	Nenhum

A Gerência de Administração (GAM) é a área responsável por assegurar que a prestação de serviços de veículos alugados seja realizada de forma eficiente e de acordo com o contratado.

6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Propriedade da UJ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Rio de Janeiro	2	2
	SEDE - Estrada dos Bandeirantes, nº. 7966 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro.	1	1
	Rua Guilherme Veloso nº 245, Praça Seca – Rio de Janeiro.	1	1
Subtotal Brasil		2	2
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Gerência de Administração (GAM).

6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional (Não aplicável)

6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ (Não aplicável)

6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
	São Paulo	6	6
	Estr. da Aldeinha, 400, pavimentos 01 e 02, Bairro Alphaville – Barueri	1	1
	Rua Cincinato Braga, nº. 340 / 1º andar - Conjuntos 11 e 12 – Bairro Bela Vista	1	1
	Rua Raphael de Marco, 148 - Jardim Helena – Taboão da Serra	1	1
	Centro Empresarial Rio Branco - Rua Rio Branco, 538, 4º andar, salas 41 a 43, Bauru	1	1
	Rua Barão de Paranapanema, 146, 11º andar Conj.112 – Edifício Duarte da Costa – Bloco B – Condomínio Governadores Gerais – Bosque Campinas	1	1
	Rua Henrique Dumont, c – Sala A – Jardim Paulista – Ribeirão Preto	1	1
Pará	2	1	

BRASIL	Travessa Barão do Triunfo, 2733, composto de térreo, 1º e 2º andares, Bairro Marco – Belém	1	1
	Travessa Padre Eutíquio, nº 1379 conjunto 131 e 1003 do Edifício Casa Koly - Belém	1	0
	Minas Gerais	2	2
	Rua dos Guajajaras, nº 931, sala 800 - Centro - Belo Horizonte	1	1
	Rua Vieira Gonçalves, 325, salas 108, 110, 111, 112 e 113 Martins - Uberlândia	1	1
	Distrito Federal	2	1
	SGAN, Quadra 609, Conjunto A, Parte B, Brasília	1	0
	SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 30, 1º e 2º andares Edif. Dona Ângela - Asa Sul - Brasília	1	1
	Mato Grosso do Sul	1	1
	Rua 25 de Dezembro, 476, salas 5, 6 e 7 - Edifício Golden Green Offices Jardim dos Estados - Campo Grande	1	1
	Paraná	3	3
	Rua Amintas de Barros, 144, 4º ao 6º andares - Edif. Luiz Napodamo Centro - Curitiba	1	1
	Av. Higienópolis, 70, 3º andar, salas 34 a 36. - Centro - Londrina	1	1
	Av. Brasil, 5411, 2º andar, salas 10 e 18 - Edifício Centro Comercial Andréia Centro – Cascavel	1	1
	Mato Grosso	1	1
	Avenida Presidente Marques, 816, sala 6, Edifício Pádua, Bairro Quilombo – Cuiabá	1	1
	Santa Catarina	2	2
	Rua Osvaldo Cruz, 68 Edifício Comercial com dois pavimentos - Bairro Balneário - Florianópolis	1	1
	Rua Princesa Isabel, 238, salas 405, 406, 407, 408 e 409, Edifício Príncipe de Joinville - Centro - Joinville	1	1
	Ceará	1	1
	Avenida Santos Dumont, 2088, salas 201 a 210, Aldeota - Fortaleza	1	1
	Goiás	2	1
	Rua 85, esquina com a rua 14, quadra A – 09 - lote 14/15, número 720, 1º pavimento, Setor Oeste, Edifício Latif Sebba - Goiânia	1	1
	Rua Umburana, 105 Quadra 52 Setor Santa Genoveva - Goiânia	1	0
	Alagoas	1	1
	Rua Barão de Alagoas, 164, salas 07 a 11 - Edifício Ana Paula - Centro – Maceió	1	1
	Paraíba	1	1
Avenida Pres. Epitácio Pessoa, 753, salas - 805, 806 e 807, Empresarial Central Park - Bairro dos Estados - João Pessoa	1	1	
Amazonas	1	1	
Avenida Djalma Batista, 1111 C - São Geraldo - Manaus	1	1	

Rio Grande do Norte	1	1
Av. Romualdo Galvão, 1703, salas 210 a 214 - Edifício Empresarial Trade Center - Lagoa Nova - Natal	1	1
Rio Grande do Sul	2	2
Rua Carlos Trein Filho, 63 e 69 - Auxiliadora. Porto Alegre	1	1
Rua Independência, 812/901, 9º andar - Edifício Planalto – Centro - Passo Fundo	1	1
Rondônia	1	1
Avenida Carlos Gomes, 1196 - Altos - Centro - Porto Velho	1	1
Pernambuco	1	1
Estrada da Batalha nº 1200 / G-38 Jardim Jordão - Jaboatão dos Guararapes - Recife	1	1
Bahia	2	1
Avenida Tancredo Neves, nº 274 Centro Empresarial Iguatemi, Bloco B, salas 718 a 726 - Pituba - Salvador	1	1
Rua Marquês de Monte Santo,32 – Rio Vermelho - Salvador	1	0
Maranhão	1	1
Rua Anapurus, 18 quadra 36 – Shopping Belas Artes, loja 22 - Bairro Renascença - São Luiz	1	1
Piauí	1	1
Rua Eliseu Martins, 1294, salas 301a 304 - Centro Teresina	1	1
Rio de Janeiro	2	0
Rua Barão de São Francisco,177 - Andaraí	1	0
Estrada dos Bandeirantes, 10.875 – Armazéns 1, 3, 10,11,12, 13 e 21 - Camorim	1	0
Tocantins	1	0
Rua de Pedestre NO 09,Lote 40, Quadra ACNO II, Conj. 03	1	0
Espírito Santo	1	1
Av. Nossa Senhora da Penha, nº 699 - Edif. Century Towers, Torre A, Salas 1110 a 1114, Bairro Santa Lúcia - Vitória – ES	1	1
Subtotal Brasil	38	31
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	38	31

7. Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	x monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	x aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	x aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	x aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
x	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
x	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
x	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
x	Auditoria de sistemas de informação.
x	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
x	Outra(s). Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	

	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
x	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://intranet.bbtecn.com.br/index.html/images/misc/pdf/pdti.pdf .
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
x	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
x	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
A Companhia entende que não há comentários acerca da presente pesquisa.	

7.1.1. Análise Crítica

Item 3: Estão previstos no Planejamento Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) do exercício de 2014 trabalhos específicos de auditoria de governança de TI, contratos de TI de segurança da informação.

Em 2013 foi verificada a adequação do sistema que suporta o processo de locomoção de colaboradores da Companhia e, pontualmente, foram verificados aspectos de segurança da informação em trabalhos realizados nas operações de Assistência Técnica e Processamento Eletrônico de Envelopes.

8. Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>A partir de 12.03.2012, conforme Parecer COJUR nº 96/2012, nos editais e contratos da Companhia consta, se aplicável, item específico de Sustentabilidade Ambiental, de forma a não frustrar a competitividade, onde ficará destacada a obrigatoriedade da observância das orientações e normas voltadas para a Sustentabilidade Ambiental, prevendo inclusive as obrigações quanto à responsabilidade do fornecedor pela logística reversa do material do material fornecido. São observados também os critérios elencados no Decreto nº 7.746/12 e na IN 01/2010 MPOG, em seu Art.5º, Inc. I ao IV, para aquisição de bens, e em seu Art. 6º, Inc. I ao VIII e Parágrafo Único, para contratação de serviços.</p>					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Para fins de habilitação nos processos licitatórios e demais contratações, para aquisição de bens e contratação de serviços, os interessados se obrigam a apresentar, quando possível, documento comprobatório de que possuem compromisso com a</p>				X	

<p>sustentabilidade ambiental, nos termos da IN 01/2010 MPOG, Art. 5º, §1º e §2º e Art.6º, Parágrafo Único, declaração (modelo anexo no Edital), com firma reconhecida em Cartório de Registro Público, onde o licitante afirma possuir o compromisso de responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010 e pelas diretrizes do Decreto nº 7.7746/2012, com declaração de documento comprobatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por Órgão Público de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou por fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, ou por meio de outro procedimento no respectivo órgão e com a apresentação de documento registrado no Cartório de Ofício de Registros Públicos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento quais são as práticas sustentáveis, as práticas já implantadas e as metas pretendidas a atingir na questão de Sustentabilidade Ambiental.</p> <p>Nas aquisições de papel, o fornecedor do papel e o insumo devem possuir, preferencialmente, uma das certificações “CERFLOR” e/ou “FSC”, devendo a proponente apresentar documentação que comprove as certificações do fabricante e do papel a ser fornecido.</p> <p>O papel ofertado deve ser produzido com celulose branqueada por processo ECF (livre de cloro elementar), devendo o selo indicativo ser impresso na embalagem unitária do material. O vencedor da licitação necessita apresentar documento, emitido pelo fabricante da celulose, que comprove a utilização de processo ECF no branqueamento da celulose utilizada para produzir o papel.</p> <p>Importante citar que o Centro de Impressão (CIM) da Companhia está se preparando para obter a certificação de sustentabilidade "Selo FSC-Cerflor", exigência cada vez mais comum dos contratantes de mercado e exigida de nossos fornecedores.</p>				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>Aquisições a partir de 2011. Redução de 13% no consumo de água em 2013 e 16,35% na energia elétrica. Ver Quadro A.8.2.</p>			X	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>O negócio de impressão de documentos financeiros e bancários utiliza papel reciclado para atender o cliente Brasilveículos. Todos processos licitatórios para aquisições de papel exigem que todos os fornecedores de papel tenham o selo de certificação FSC/CERFLOR, além de outras exigências de sustentabilidade.</p> <p>Pelas especificidades dos serviços de impressão, dos equipamentos e tecnologias utilizadas, o papel reciclado não atende aos requisitos de qualidade e de custos, motivo que nos obriga a utilizar papel branco. O papel reciclado somente é utilizado para o cliente BrasilVeículos, em impressões pontuais.</p>	X			
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <p>A preferência é manifestada por meio das especificações técnicas e descrições dos</p>			X	

objetos, quando possível.					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 		X			
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.		X			
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Considerações Gerais: A metodologia utilizada para análise e resposta dos quesitos baseou-se na divisão dos itens de acordo com as áreas da Companhia responsáveis por cada assunto, ou seja, o questionário foi respondido por um grupo de pessoas. As áreas envolvidas foram: Gerência de Administração (GAM), Gerência de Licitações e Contratos (GLC), Gerência de Impressão (GIM) e Gerência de Serviços de Digitalização (GDI).					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Ao longo do exercício de 2013 foram realizadas ações no sentido de informar e conscientizar os colaboradores quanto ao uso responsável de recursos, como água, energia elétrica e papel, bem como ação voltada para a coleta seletiva.

Por meio da Intranet da Companhia foram veiculadas matérias sobre responsabilidade socioambiental, tais como “A importância da Água”, “Dicas para reduzir, reutilizar e reciclar o papel”, “Economize eletricidade”, “O Papel e o seu papel na sustentabilidade”, entre outras.

Ocorreram ainda a implantação da Coleta Seletiva Solidária (NT 2012/303), por meio da realização de campanha de conscientização (Agora é a Vera), seleção de cooperativas de catadores, retirada de todas as lixeiras individuais das mesas de trabalho, separação do lixo e descarte ambientalmente correto no prédio da Matriz da Empresa no Rio de Janeiro-RJ, e a elaboração de Curso para Ensino à Distância - Noções Básicas de Responsabilidade Socioambiental, disponibilizado para os funcionários da Empresa por intermédio da UniBBTS.

Outra ação importante foi a aprovação da Política de Responsabilidade Socioambiental no Conselho de Administração.

Os quantitativos e valores referentes ao consumo de papel, energia elétrica e água podem ser verificados no Quadro A.8.2 a seguir. As linhas referentes a programas de sustentabilidade foram

suprimidas visto que a Companhia não aderiu a programas de gestão ligados à temática sustentabilidade ambiental.

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (atividade-fim)	113.207	75.629	75.737	10.747.080,91	10.939.178,62	11.782.286,97
Papel (atividade-meio)	4.800	6.000	3.600	41.856,00	47.160,00	18.672,00
Água	10.089 m ³	11.961 m ³	7.259 m ³	273.384,00	314.220,40	182.529,66
Energia Elétrica	8.471 kw	9.320 kw	7.546 kw	686.323,00	820.510,00	708.366,00
			Total	11.748.643,91	12.121.069,02	12.691.854,63

NOTA A quantidade de papel das atividades-fim e meio está em resmas.

Fonte: Gerência de Impressão (GIM) - Papel / Gerência de Administração (GAM) - Água e energia elétrica.

9. Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

9.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S/A						061559
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
2012/049	TC 032.568/2011-8	7153/2012	1.7.1	-	Ofício N° 2754/2012-TCU/SECEX-RJ	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
DIFIS – Diretoria Financeira e de Serviços Internos						
Descrição da Deliberação						
Cadastrar todos os contratos no SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, conforme disposto no art. 19 da Lei nº 12.017/2009 (LDO/2010), bem assim nas demais Leis de Diretrizes Orçamentárias que dispõem sobre a elaboração e execução da Lei Orçamentária dos exercícios dos respectivos contratos.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
GLC – Gerência de Licitação e Contratos						
Síntese da Providência Adotada						
Em cumprimento ao Art.19 da Lei nº 12.017/2009 (LDO/2010), e considerando que a Cobra Tecnologia S.A. faz parte do orçamento de investimento da União, os contratos dos anos de 2010, 2011 e 2012 foram cadastrados no SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
O cadastramento de todos os contratos e aditivos celebrados com os fornecedores associados a investimentos, no sistema SIASG, promove o alinhamento entre as práticas da Companhia e os dispositivos legais e de controle.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						
A implementação da recomendação foi impactada pela necessidade de adequações entre o sistema de informações da Companhia e o sistema SIASG.						

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S/A					061559
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2012/050	TC 032.568/2011-8	7153/2012	1.7.2	-	Ofício nº 2754/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DITEC – Diretoria de Tecnologia da Informação					
Descrição da Deliberação					
Implantar planos Diretor ou Estratégico de Tecnologia de Informação, de Gestão de Continuidade de Negócio e de Recuperação de Negócios, estes dois últimos para o caso de contingências em suas instalações e equipamentos, consolidando e formalizando assim todas as diretrizes correlatas existentes na empresa, incluindo a Nota Técnica 2010/127.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
GTI - Gerência de Infraestrutura de TI e Telecomunicações					-
Síntese da Providência Adotada					
Os Planos Estratégico e Diretor de TI foram aprovados sendo que as ações previstas no Plano Diretor estão sob acompanhamento da área de TI. Os planos de Gestão de Continuidade e de Recuperação de Negócios que tratam do sistema corporativo da Companhia, localizado na Matriz, também estão implementados e testados, com contingência no Data Center de São Paulo.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Com o planejamento de TI implementado se obtém maior alinhamento entre as ações nesta área e as necessidades dos negócios e das operações estabelecidas no Planejamento Estratégico da Empresa, reduzindo a possibilidade de gastos com iniciativas não convergentes com a orientação estratégica. Com a implantação dos Planos de Gestão de Continuidade e de Recuperação de Negócios busca-se a mitigação do risco de indisponibilidade do sistema corporativo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A dimensão da transformação da Companhia em termos de estrutura organizacional e o crescimento de novos projetos que envolvem TI são fatores que criaram impacto no cronograma de execução da recomendação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S/A					061559
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2012/051	TC 032.568/2011-8	7153/2012	1.9.1	-	Ofício nº 2754/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
PRESI – Presidência					
Descrição da Deliberação					
Envidar esforços para a evolução qualitativa dos itens referentes ao Sistema de Controle Interno, apontados como de aplicação "parcialmente válida" no relatório de Gestão do exercício de 2010, incluindo, nos próximos relatórios, as ações e resultados alcançados, que deverão alcançar os subitens indicados como passíveis de melhoria no Relatório Anual da Controladoria-Geral da União desse exercício, item 4.3.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
GCI – Gerência de Controles Internos					
Síntese da Providência Adotada					
A partir dos questionários de Avaliação do Sistema de Controles Internos, com 30 itens cada, constantes dos					

Relatórios de Gestão de 2010 e 2012, foi verificada a evolução em 15 itens do estágio "parcialmente válido" para o de "totalmente válido", sendo que restaram apenas 5 itens no estágio "parcialmente válido", o que representa um percentual de total aderência às boas práticas de controles internos de 83%.

As principais melhorias verificadas no período 2011/2013 foram:

Aperfeiçoamento dos controles internos mediante a revisão de processos operacionais, compreendendo normas, procedimentos e melhorias em sistemas.

Implementação da política de gestão de riscos, intensificando os trabalhos de identificação, avaliação, mensuração e minimização dos riscos operacionais.

Elaboração de matrizes de riscos e planos de contingência operacional.

Intensificação da atuação do Comitê de Riscos.

Fortalecimento da atuação da Gerência de Controles Internos, notadamente no mapeamento dos principais riscos, na verificação dos controles-chave dos principais processos e no acompanhamento das recomendações dos órgãos de controle externo.

Síntese dos Resultados Obtidos

A Companhia vem apresentando constante evolução qualitativa nos fatores considerados na avaliação do sistema de controles internos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Providências de caráter de avaliação contínua exercidas ao longo de 2013, não tendo sido identificadas interferências relevantes na implementação da recomendação.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S/A					061559
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2012/052	TC 032.568/2011-8	7153/2012	1.9.2	-	7153/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIFIS - Diretoria Financeira e de Serviços Internos					
Descrição da Deliberação					
Aperfeiçoar os processos de formalização de Convênios com o CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola, evitando as falhas detectadas pela Controladoria-Geral da União em seu Relatório Anual de 2010, item 4.4.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
GGP – Gerência de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
O convênio com o CIEE está formalizado para todas as localidades e vigente, contratação realizada por meio de um único instrumento em 2010. Desde abril/11 verificou-se a utilização de taxa única em todos os Estados para pagamento do CIEE em conformidade com o contrato.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Padronização e aperfeiçoamento do processo de formalização de convênios com CIEE.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados impactos positivos ou negativos que interferissem no cumprimento da recomendação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S/A					061559
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

2012/053	TC 032.568/2011-8	7153/2012	1.9.3	-	Ofício nº 2754/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DITEC – Diretoria de Tecnologia da Informação					
Descrição da Deliberação					
Aperfeiçoar os projetos básicos que fundamentam as contratações de serviços externos para a área de Tecnologia de Informação, bem como os processos de transferência do respectivo conhecimento para seus empregados, como apontado no Relatório de Auditoria Anual da Controladoria-Geral da União do exercício de 2010, item 4.13.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
GTI – Gerência de Infraestrutura de TI e Telecomunicações					
Síntese da Providência Adotada					
A obrigatoriedade de projetos básicos para todas as contratações de serviços de TI foi incluída na NI408 - Processo de Compras - item 35.12.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Produção de um documento que engloba informações detalhadas e padronizadas sobre o processo de compras adotado pela Companhia.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não houve impacto para implementação desta recomendação.					

Fonte: Auditoria Interna (AUDIT).

9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S/A					061559
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	TC-006.023/2004-5	1.705/2007	9.6.1	-	Portarias TCU/SECEX/RJ nº 295 até 297 e Relatório de Monitoramento – RMON 7618/2012-3 - SECEX-RJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIFIS – Diretoria Financeira e de Serviços Internos					061559
Descrição da Deliberação					
Substituição da mão de obra terceirizada por pessoal do quadro próprio para os cargos efetivos abrangidos pelo Plano de Cargos e Salários.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
GGP - Gerência de Gestão de Pessoas					061559
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Cobra Tecnologia S.A. atendendo a determinação do Acórdão 1705/2007 – Plenário do TCU, Acórdão 2132/2010 – TCU e Termo de Ajustamento de Conduta – TAC (nº 1990/2012) do Ministério Público do Trabalho vem sistematicamente substituindo os prestadores de serviços cujas funções são abrangidas por seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, sendo que o ingresso de novos empregados tem ocorrido por meio de concursos públicos. O prazo para o cumprimento do TAC é setembro de 2014 e o do Acórdão 2132/2010 é setembro de 2015. A Empresa está buscando o alinhamento do prazo do TAC ao que está disposto no Acórdão 2132/2010.					
Em dezembro de 2012 o percentual de pessoal de quadro próprio representava 78,9% do total de colaboradores alocados nas atividades da Companhia, passando a 88,1% em dezembro de 2013, com a substituição de 129					

prestadores de serviços e o aumento líquido de 493 funcionários concursados.
O plano de substituição da mão de obra alocada aos processos das Fábricas de Software está acordado com a CGU a partir de uma recomendação emitida, com cronograma que estabelece a substituição de 40% do pessoal de empresas prestadoras de serviços em 2014 e os outros 60% até setembro de 2015.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A redução da quantidade de colaboradores de empresas prestadoras de serviços em 2013 foi impactada, em parte, pela retomada do crescimento de um novo negócio de prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de software (Fábrica de Software) que exigiu a alocação de profissionais de empresas prestadoras de serviços para fazer frente às novas demandas.

Fonte: Auditoria Interna (AUDIT).

9.2. Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S.A			061559
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2011/046	201109422	1.1.2.1/2	Of. Nº 071/AECI/GMF/MF
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
PRESI - Presidência			
Descrição da Recomendação			
Adequar o conteúdo da Nota Técnica Nº 2010/127, transformando-a no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) da UJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GCI – Gerência de Controles Internos			
Síntese da Providência Adotada			
A Nota Técnica 2013/115 que trata do PETI - Planejamento Estratégico de TI foi aprovada pelo Conselho de Administração em 21/06/2013. Recomendação considerada encerrada conforme avaliação do Relatório Anual de Auditoria de Contas referente ao exercício de 2012, emitido pela CGU (Ofício nº 30.434/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR de 04/10/2013).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O cumprimento da recomendação propiciou o estabelecimento de um compromisso corporativo e abrangente sobre o planejamento estratégico de tecnologia da informação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A dimensão da transformação da Companhia em termos de estrutura organizacional e o crescimento de novos projetos de TI são fatores que geraram impacto no cronograma de execução da recomendação.			

Denominação Completa			Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S.A			061559
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2011/048	201109422	1.1.2.2/2	Of. Nº 071/AECI/GMF/MF
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DITEC – Diretoria de Tecnologia da Informação			

Descrição da Recomendação	
Após criação/formalização dos planos de Continuidade de Negócios, executar periodicamente o Plano de Recuperação de Negócios (PRN).	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
GTI - Gerência de Infraestrutura de TI e Telecomunicações	
Síntese da Providência Adotada	
O Plano de Continuidade de Negócios voltado ao sistema corporativo da Companhia localizado na matriz tem como contingência o Data Center de São Paulo. O Plano de Recuperação de Negócios, com cronograma de testes, está definido e devidamente aprovado. Os testes foram finalizados em 31/10/2013.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Realização e validação dos testes relativos à consistência e aplicabilidade dos planos de continuidade e de recuperação dos negócios	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Foram necessários investimentos para adequação da infraestrutura do Data Center de São Paulo para suportar a estratégia definida.	

Denominação Completa		Código SIORG	
COBRA TECNOLOGIA S.A		061559	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2011/055	NA 201109422/02	II/2	Of. Nº 071/AECI/GMF/MF
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIFIS - Diretoria Financeira e de Serviços Internos			
Descrição da Recomendação			
Que a Unidade passe a efetuar a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GAM – Gerência de Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Contrato com a cooperativa de catadores Cooper Rio assinado em 17/06/2013. Concluída a disponibilização de recipientes específicos para coleta seletiva de cada tipo de resíduo. Implementadas ações internas de conscientização dos funcionários sobre a importância da correta separação de resíduos para reciclagem, com apresentação da palestra "Coleta Coletiva Solidária - Agora é à Vera" que ocorreu na Matriz em 08/08/2013 e diversas divulgações de matérias na intranet sobre o tema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Consolidação das ações da Companhia em relação à sua responsabilidade sócio-ambiental.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação aborda aspectos comportamentais e de conscientização coletiva, os quais demandam tempo e persistência das ações para surtirem efeitos duradouros.			

Denominação Completa		Código SIORG	
COBRA TECNOLOGIA S.A		061559	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2013/041	201306137	1.2.2.1	Ofício 30.434
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

DITEC – Diretoria de Tecnologia da Informação		
Descrição da Recomendação		
Instituir mecanismo permanente para monitoramento das ações previstas no PDTI.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
GPG – Gerência de Projetos, Construção e Apoio à Governança de TI		
Síntese da Providência Adotada		
A GPG/DGTI monitora as ações do PDTI 2013-2014 mensalmente com relato trimestral ao Comitê de TI e deste à DIREX. O primeiro relato ao Comitê de TI foi realizado em 09/10/2013.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Maior efetividade nas ações de acompanhamento da implementação do PDTI.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Não foram detectadas interferências significativas no processo de implementação do monitoramento.		

Denominação Completa		Código SIORG	
COBRA TECNOLOGIA S.A		061559	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2013/042	201306137	1.2.2.1	Ofício 30.434
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DITEC – Diretoria de Tecnologia da Informação			
Descrição da Recomendação			
Divulgar e manter em local de fácil acesso na Intranet o PETI e o PDTI da empresa atualizados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GPG – Gerência de Projetos, Construção e Apoio à Governança de TI			
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi atendida, tendo sido criado link permanente na intranet em "Institucional / Planejamento Estratégico de TI". Ao abrir a matéria é possível ter acesso ao PETI e PDTI vigentes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior transparência e divulgação das ações corporativas concernentes ao PETI e PDTI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram detectadas interferências significativas no processo de implementação do processo de divulgação.			

Denominação Completa		Código SIORG	
COBRA TECNOLOGIA S.A		061559	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2013/045	201306137	3.1.1.1	Ofício 30.434
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIFIS – Diretoria Financeira e de Serviços Internos			
Descrição da Recomendação			
Validar a eficácia dos procedimentos/pontos de controle criados para garantir o tempestivo cadastramento dos atos de admissão e desligamento no SISAC, a fim de cumprir o prazo, de 60 (sessenta) dias, estabelecido no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GGP – Gerência de Gestão de Pessoas			
Síntese da Providência Adotada			

O processo está normatizado, com procedimento específico (PRO 122-003 V.0), por meio do Normativo Interno 122, e os procedimentos estão sendo cumpridos nas datas agendadas. Além disso, foram treinados três funcionários para a atividade e foi instituído o dia 10 de cada mês como data-limite para a remessa das informações, em vez do dia 15 de cada mês, como forma de antecipar o envio dos dados. Outra providência implementada foi a adoção de controle gerencial, realizado pela gerente da Divisão de Gestão de Pessoal e Retribuições, que confere os relatórios ao serem gerados quando são remetidas as informações. Esse documento é assinado e arquivado para conferência, sendo, portanto, uma forma de validar a eficácia dos procedimentos e pontos de controle adotados para garantir o tempestivo cadastramento dos atos no SISAC dentro do prazo estabelecido.

Síntese dos Resultados Obtidos

As providências adotadas estão alinhadas com o objetivo de minimizar os riscos de ocorrência de novas irregularidades nas atividades relativas ao cadastramento dos atos de admissão no SISAC.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O fator positivo destacável é o maior envolvimento gerencial na realização das atividades.

Denominação Completa			Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S.A			061559
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2013/046	201306137	3.1.1.1	Ofício 30.434
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIFIS – Diretoria Financeira e de Serviços Internos			
Descrição da Recomendação			
Adotar procedimentos/pontos de controle que garantam o envio tempestivo das informações solicitadas por meio do Ofício-Circular nº 45/2010/CGU-Regional/RJ, que reitera a necessidade de encaminhamento trimestral à CGU/Regional-RJ de: (a) cópia das publicações no Diário Oficial da União (DOU) das portarias autorizadoras dos editais de abertura e homologação dos concursos, realizados no período (em meio magnético, no formato PDF); e (b) número dos atos admissionais cadastrados no SISAC, por mês, originados dos concursos citados no item anterior.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GGP – Gerência de Gestão de Pessoas			
Síntese da Providência Adotada			
Foi respondido o Ofício-Circular nº 45/2010/CGR-Regional/RJ, em 26/09/2013, com as informações sobre os atos admissionais cadastrados no SISAC e cópias das publicações no Diário Oficial da União. Além disso, foi incluído no atual normativo o procedimento operacional para esses informativos à CGU e elaborado um calendário interno com as datas que se referem à transmissão de informações para os órgãos de controle. A partir de 2014, a documentação com as informações solicitadas será enviada no dia 05 dos meses correspondentes ao fechamento do trimestre.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior segurança quanto à tempestividade na remessa de novas informações à CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fator positivo destacável é o maior envolvimento gerencial na realização das atividades.			

Fonte: Auditoria Interna (AUDIT).

9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S.A			061559
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

2013/039	201306137	1.2.2.1	Ofício 30.434
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DITEC – Diretoria de Tecnologia da Informação			
Descrição da Recomendação			
Explicitar no PETI, por ocasião da próxima revisão desse documento, o alinhamento entre os objetivos nele estabelecidos com os objetivos definidos na Estratégia Corporativa em vigor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GPG – Gerência de Projetos, Construção e Apoio à Governança de TI			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Conforme prazo definido no PPP (Plano de Providências Permanente) aprovado na DIREX em 28/10/2013, a recomendação irá vencer em 30/04/2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A revisão do PETI está em andamento, seguindo seu curso normal.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S.A			061559
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2013/040	201306137	1.2.2.1	Ofício 30.434
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DITEC – Diretoria de Tecnologia da Informação			
Descrição da Recomendação			
Avaliar a oportunidade e conveniência de integrar ao PDTI informações referentes aos seguintes temas: 1) Descrição do ambiente de TI da empresa – recursos de hardware, software, humanos e financeiros disponíveis; 2) Planos de investimentos – contratações de serviços, aquisição de equipamentos, análise quantitativa e de necessidade de capacitação de pessoal; 3) Avaliação de risco referente ao cumprimento das ações planejadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GPG – Gerência de Projetos, Construção e Apoio à Governança de TI			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Conforme prazo definido no PPP (Plano de Providências Permanente) aprovado na DIREX em 28/10/2013, a recomendação irá vencer em 30/06/2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A revisão do PDTI está em andamento, seguindo seu curso normal.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S.A			061559
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2013/043	201306137	1.2.2.2	Ofício 30.434
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DITEC – Diretoria de Tecnologia da Informação			
Descrição da Recomendação			
Elaborar planejamento para substituição dos terceirizados em atividade na GDM – Gerência de Desenvolvimento Mainframe e Teste de Software, incluindo cronograma detalhado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

GDM – Gerência de Desenvolvimento Mainframe e Teste de Software
Justificativa para o seu não Cumprimento
Conforme prazo definido no PPP (Plano de Providências Permanente) aprovado na DIREX em 28/10/2013, a recomendação será cumprida da seguinte forma: Substituição de 40% do pessoal de TI em 2014 e mais 60% em até setembro de 2015.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A redução da quantidade de colaboradores de empresas prestadoras de serviços em 2013 foi impactada, em parte, pela retomada do crescimento de um novo negócio de prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de software (Fábrica de Software) que exigiu a alocação de profissionais de empresas prestadoras de serviços para fazer frente às novas demandas.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S.A			061559
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2013/044-1	201306137	1.2.2.2	Ofício 30.434
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DITEC – Diretoria de Tecnologia da Informação			
Descrição da Recomendação			
Elaborar estudo sobre as normas utilizadas pela Administração Pública (IN 04/2010 – MPOG) e boas práticas indicadas para contratação de produtos e serviços de TI, identificando oportunidades de alteração e complementação dos normativos internos da empresa.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
GPG – Gerência de Projetos, Construção e Apoio à Governança de TI			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Conforme prazo definido no PPP (Plano de Providências Permanente) aprovado na DIREX em 28/10/2013, a recomendação irá vencer em 30/04/2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Encontra-se em andamento levantamento de informações de mercado e do BB com relação à aplicação da IN4/2010 - MPOG em aquisições de TI e verificação de impacto de sua implantação nos processos da Companhia.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
COBRA TECNOLOGIA S.A			061559
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2013/044-2	201306137	1.2.2.2	Ofício 30.434
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIFIS – Diretoria Financeira e de Serviços Internos			
Descrição da Recomendação			
Implantar as alterações indicadas pelo estudo, conforme recomendação do item sequencial 2013/044-1.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
GLC – Gerência de Licitações e Contratos			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Conforme prazo definido no PPP (Plano de Providências Permanente) aprovado na DIREX em 28/10/2013, a recomendação irá vencer em 30/06/2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Gestor

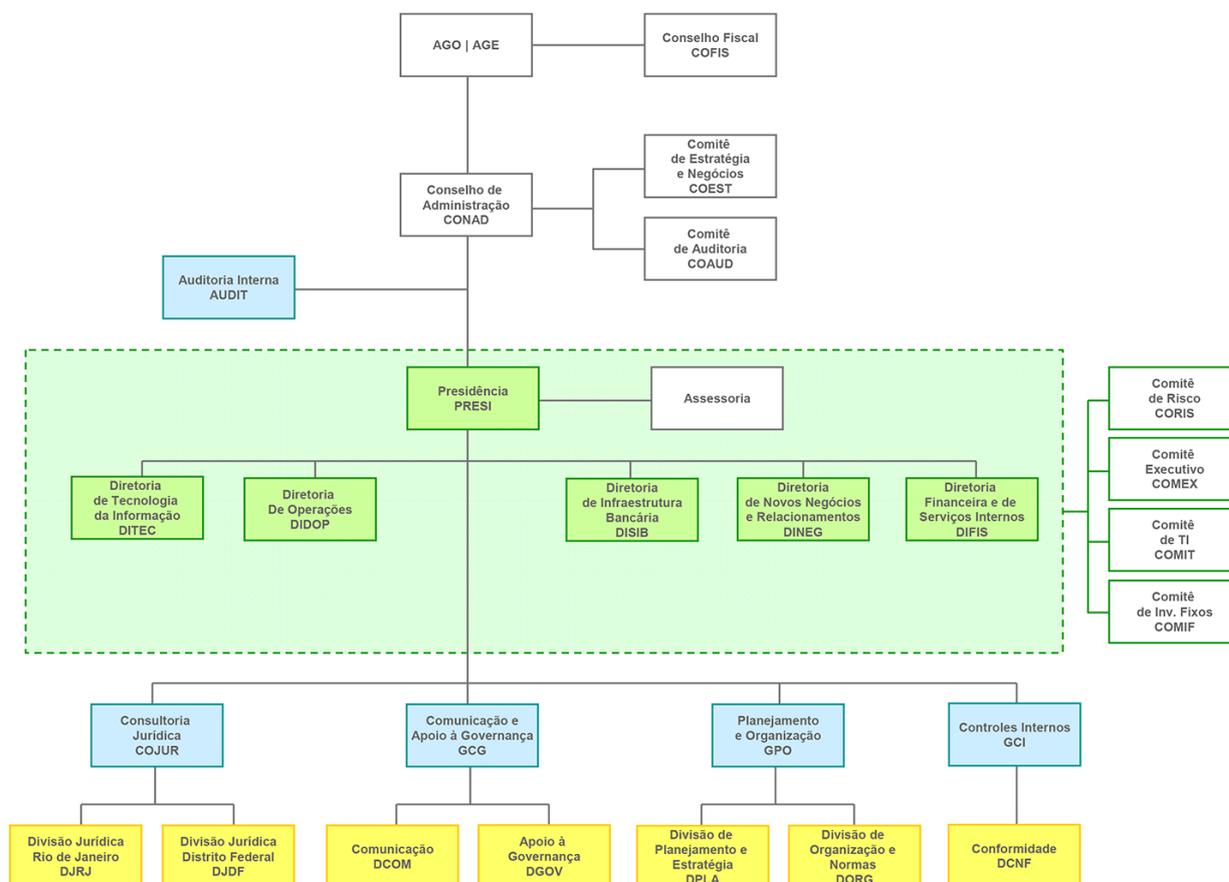
A recomendação somente poderá ser implementada após o término do estudo mencionado no item 2013/044-1 acima, que está em andamento e deverá ser concluído até 30/04/14.

Fonte: Auditoria Interna (AUDIT).

9.3. Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ

No exercício de 2013 a Auditoria Interna foi composta por um (1) Gerente de Auditoria e seis (6) Auditores, estando vinculada diretamente ao Conselho de Administração (CONAD), conforme organograma abaixo:



b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício de 2013 e as principais constatações:

Relatório APN 2013/003 – Serviços Jurídicos
Relatório APN 2013/004 – Processo de Locomoção a serviço
Relatório APN 2013/005 – Processos de Gestão da Operação de Assistência Técnica
Relatório APN 2013/007 – Procedimentos Licitatórios
Relatório APN 2013/009 – Consistência da Folha de Pagamentos

As constatações dos trabalhos mais relevantes realizados no exercício de 2013 já foram disponibilizadas à Controladoria-Geral da União e encontram-se à disposição do Tribunal de Contas da União.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência.

No exercício de 2013 foram efetuadas 76 recomendações pela auditoria interna. Destas, 36 foram atendidas ou encerradas no exercício, equivalendo a 47% do total. As 40 recomendações restantes são vencíveis ao longo do exercício de 2014.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria.

O acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações é feito da seguinte forma:

As recomendações acordadas são emitidas através de Registros de Auditoria (RA), devidamente identificadas e inseridas no aplicativo Access, mantido em servidor próprio, contendo os seguintes campos:

- a) De identificação: Órgão; Documento; Data de emissão; Item da recomendação; Responsável pela implementação; Prazos: inicial e final; Status; Risco e Numeração sequencial.
- b) De conteúdo: Constatação; Recomendação; Históricos das ações; Ações atuais; Reprogramação e Parecer para reprogramação.

O andamento das ações é atualizado mensalmente, mediante informações dos gestores responsáveis.

Caso alguma recomendação não possa ser implementada, dentro do prazo acordado, inicia-se um processo de reprogramação regido por normas específicas.

Os dados são consolidados e informados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração nas reuniões mensais e ao Conselho Fiscal trimestralmente.

As ações consideradas atendidas pelas gerências são examinadas pela Auditoria para o processo de certificação e, se consideradas concluídas, são baixadas no Sistema de Acompanhamento.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

Todos os trabalhos de auditoria visam produzir recomendações que auxiliem nas correções de falhas e no aprimoramento dos processos internos. Contudo, não há uma ferramenta específica de monitoramento dos resultados obtidos, mas sim sistemas de informações gerenciais corporativos que avaliam comportamento de receitas, gastos e despesas, sendo que, na maioria das vezes, os resultados obtidos não são quantitativos e sim qualitativos (intangíveis), já que abordam procedimentos que redundam na melhoria dos processos.

- f) **Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.**

Todos os trabalhos de auditoria interna são encaminhados à área auditada (Diretoria e Gerência), ao Presidente da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. As recomendações são acompanhadas mensalmente junto aos principais gestores (gerentes executivos) responsáveis pela implementação dos planos de ações oriundos das recomendações de auditoria como forma de se buscar o total compromisso com as correções necessárias identificadas nos trabalhos da Auditoria Interna.

- g) **Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.**

Todas as recomendações são avaliadas quanto à relação custo/benefício e à viabilidade de implementação, sendo devidamente discutidas com a área auditada. Em consequência, não há histórico de casos em que a alta gerência tenha assumido riscos elevados pela não implementação de recomendações da Auditoria Interna.

9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	11	-	-
	Entregaram a DBR	11	-	-
	Não cumpriram a obrigação	0	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	115	-	-
	Entregaram a DBR	115	-	-
	Não cumpriram a obrigação	0	-	-

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

A atividade de acompanhamento da entrega de Declaração de Bens e Rendas (DBR) para exercício de cargos eletivos e cargos, empregos ou funções de confiança pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93 está normatizada pela NI 125, norma interna da Companhia, que versa sobre a entrega e controle de Declaração de Bens e Renda (DBR).

De acordo com o § 2º do Art. 2º do Decreto nº 5.483, de 2005, o cumprimento do disposto no § 4º do Art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, poderá, a critério do agente público, realizar-se mediante autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações.

Compete à Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) a obtenção, formalização, tratamento, controle e guarda das autorizações de acesso recebidas.

No ato da posse, aqueles que atuarão como membros da Diretoria Executiva, Conselheiros de Administração e Fiscal, Gerentes e Assessores devem entregar à GGP autorização de acesso à Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda da Pessoa Física e respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em papel, na forma do formulário FQ 125-001, disponível na Intranet.

Não há sistema informatizado para gerenciamento dessas informações. Depois de entregues, as autorizações são arquivadas e guardadas em pasta física própria em local seguro.

Em caso de não cumprimento dessa obrigação, inicialmente é feita uma cobrança por escrito, seja via e-mail, ofício ou telegrama. Persistindo o descumprimento da obrigação, é constituída infração prevista no Parágrafo 1º do Art. 58 da Lei nº 8.443, de 1992, ficando o infrator sujeito à penalidade ali estabelecida.

Internamente, a não apresentação da autorização de acesso aos dados das DBR implicará exame sob o aspecto disciplinar, de acordo com a NI 116 – Regulamento Disciplinar, para empregados detentores de função gerencial e de assessoramento. Para Conselheiros e membros da Diretoria Executiva, o fato será informado aos respectivos órgãos de governança.

9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário (Não aplicável)

9.6. Alimentação SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Cláudio Henrique da Silva, CPF nº137.245.678-39, Gerente Executivo de Licitações e Contratos, exercido na Cobra Tecnologia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro (RJ), 27 de Março de 2014.



Cláudio Henrique da Silva
Gerente Executivo

Diretoria Financeira e de Serviços Internos
Gerente de Licitações e Contratos

10. Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

10.1. Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão ou Entidade

Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011), foi criado o canal "Acesso à Informação" (www.bbtecn.com.br/acessoainformacao), em que o cidadão pode requisitar seus pedidos à BBTS.

10.2. Mecanismos para Medir a Satisfação dos Cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade (Não se aplica)

10.3. Resultados de Eventuais Pesquisas de Opinião Feitas nos Últimos Três Anos (Não se aplica)

11. Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Não aplicável)

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis (Não Aplicável)

11.2.1. Declaração Plena (Não aplicável)

11.2.2. Declaração com Ressalva (Não aplicável)

11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 (Não aplicável)

11.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 são apresentadas a seguir.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	PASSIVO		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	nota 4	42.668	46.875	59.138	Fornecedores		63.487	35.606	27.039
Clientes	nota 5	33.228	28.130	36.633	Empréstimos e financiamentos	nota 14	-	36.409	38.389
Estoques	nota 6	16.128	11.222	9.833	Impostos e contribuições	nota 15	13.205	12.392	11.219
Impostos e taxas a recuperar	nota 7	2.967	22.154	26.383	Provisões de pessoal	nota 16	13.912	11.070	9.977
Créditos judiciais a receber	nota 11	660	554	520	Dividendos	nota 19	7.875	4.331	760
Depósitos judiciais	nota 10	-	-	1.993	Provisão para participação nos lucros		2.066	1.571	-
Custos e despesas antecipadas		346	1.523	2.852	Créditos de pessoal		1.994	1.291	1.161
Cauções e depósitos	nota 8	87	-	-	Provisão para contingências	nota 17	-	549	32.917
Outros ativos circulantes	nota 9	1.275	951	1.054			102.539	103.219	121.462
		97.359	111.409	138.406					
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo					Impostos e contribuições				
Clientes	nota 5	-	14.066	12.741		nota 15	1.701	2.208	2.681
Cauções e depósitos	nota 8	1.406	3.521	2.578	Fornecedores		9.240	21.936	924
Aplicações financeiras vinculadas		-	4.451	4.034	Empréstimos e financiamentos	nota 14	-	-	28.000
Impostos e taxas a recuperar	nota 7	111.817	112.410	99.486	Provisão para contingências	nota 17	39.812	24.750	20.233
Créditos judiciais a receber	nota 11	3.299	3.415	3.208			50.753	48.894	51.838
Custos e despesas antecipadas		54	-	474	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Depósitos judiciais	nota 10	23.453	21.736	19.746	Capital social	nota 18	121.807	119.528	119.528
Ativo fiscal diferido	nota 26	49.006	-	-	Reserva de reavaliação	nota 18	2.535	2.606	2.676
Total do realizável a longo prazo		189.035	159.599	142.267	Reserva legal	nota 18	2.730	1.072	160
Imobilizado	nota 12	27.815	24.355	21.482	Reserva p/ expansão	nota 18	36.621	15.274	2.279
Intangível	nota 13	2.761	2.188	2.917	Ações em tesouraria	nota 18	(15)	(15)	(15)
		219.611	186.142	166.666	Lucros e prejuízos acumulados		-	6.973	7.144
							163.678	145.438	131.772
TOTAL DO ATIVO		316.970	297.551	305.072	TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		316.970	297.551	305.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

		2013	2012
Receita Operacional Bruta		616.136	594.315
Vendas		20	10
Serviços		616.116	594.305
Deduções		(86.022)	(77.959)
Impostos s/ vendas e serviços		(86.022)	(77.959)
Receita Operacional Líquida	nota 20	530.114	516.356
Custos dos Produtos e Serviços	nota 21	(455.720)	(447.121)
Lucro Bruto		74.394	69.235
Despesas Operacionais		(97.741)	(54.450)
Despesas gerais e administrativas	nota 22	(51.947)	(47.321)
Provisão para contingências	nota 23	(19.438)	(4.957)
Provisões para perdas em créditos	nota 23	(26.355)	(1.791)
Outras despesas operacionais		(1)	(381)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Encargos Financeiros Líquidos		(23.347)	14.785
Encargos Financeiros Líquidos		6.299	4.545
Receitas Financeiras	nota 24	10.473	13.381
Despesas financeiras	nota 24	(4.174)	(8.836)
Resultado antes dos Impostos e Participações		(17.048)	19.330
Provisão para IR e CSLL	nota 25	(4.213)	238
IR e CSLL Diferidos	nota 26	49.006	-
Provisão p/ PLR dos Empregados		(1.630)	(1.571)
Lucro Líquido do Exercício		26.115	17.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Realizado	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados		Total
			Reserva Legal	Reserva p/ Expansão		Retenção Lucros a Distribuir	Lucros do exercício	
Saldos apresentados em 01.01.2012	119.528	2.676	160	2.279	(15)	-	-	124.628
Ajuste retrospectivo	-	-	-	-	-	7.144	-	7.144
Saldos rerepresentado em 01.01.2012	119.528	2.676	160	2.279	(15)	7.144	-	131.772
Realização da reserva de reavaliação	-	(70)	-	-	-	-	70	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(171)	18.168	17.997
Destinações - Reserva Legal	-	-	912	-	-	-	(912)	-
- Reserva p/ Expansão	-	-	-	12.995	-	-	(12.995)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	(4.331)	(4.331)
Saldos em 31.12.2012	119.528	2.606	1.072	15.274	(15)	6.973	-	145.438
Realização da reserva de reavaliação	-	(71)	-	-	-	-	71	-
Conversão de Reserva p/Expansão em Capital	2.279	-	-	(2.279)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	26.115	26.115
Destinações - Reserva Legal	-	-	1.658	-	-	(349)	(1.309)	-
- Reserva p/ Expansão	-	-	-	23.626	-	(4.968)	(18.658)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	(1.656)	(6.219)	(7.875)
Saldos em 31.12.2013	121.807	2.535	2.730	36.621	(15)	0	0	163.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	26.115	17.997
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	26.115	17.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e participações	26.115	17.997
Ajustes por:		
Atualização de empréstimos	-	5.144
Depreciação e amortização	5.094	5.281
Ativos fiscais diferidos	(49.006)	-
Provisão para perdas no imobilizado	325	-
Lucro Ajustado	(17.472)	28.422
Diminuição ou Aumento do Ativo Operacional		
Diminuição de Clientes	8.968	7.178
Aumento de Estoques	(4.906)	(1.389)
Diminuição ou Aumento das Aplicações financeiras vinculadas	4.451	(417)
Diminuição (aumento) de Impostos e contribuições a recuperar	19.780	(8.695)
Diminuição (aumento) de Cauções e depósitos	2.028	(943)
Diminuição de custos e despesas antecipadas	1.123	1.803
Diminuição (aumento) de Depósitos judiciais	(1.717)	3
Diminuição (aumento) de créditos judiciais a receber	10	(241)
Diminuição (aumento) de Outros ativos circulantes	(324)	103
Diminuição ou Aumento do Passivo Operacional	37.588	8.793
Aumento de Fornecedores	15.185	29.579
Aumento de Impostos e contribuições	306	700
(Diminuição) Aumento da Provisão para contingências	14.513	(27.851)
Aumento da Provisão de pessoal	2.842	1.093
Aumento da Provisão para dividendos a pagar	3.544	3.571
Aumento da Provisão para participação nos lucros	495	1.571
Diminuição ou Aumento de Créditos de pessoal	703	130
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	49.529	34.617
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições para Ativo Imobilizado	(8.358)	(8.379)
Aquisições para Ativo Intangível	(1.498)	(175)
Baixas de Ativo Imobilizado	404	1.124
Baixas de Ativo Intangível	-	4
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(9.452)	(7.426)
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento		
Provisão dos dividendos a pagar	(7.875)	(4.331)
Aquisição de Empréstimos	-	-
Amortização dos Empréstimos	(36.408)	(35.122)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(44.283)	(39.453)
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	46.875	59.138
No final do exercício	42.668	46.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2013	%	2012	%
Receitas	616.136		594.315	
Operacionais Brutas	616.136		594.315	
Insumos adquiridos de terceiros	(339.449)		(362.794)	
Serviços de Terceiros	(232.800)		(222.365)	
Custos de Vendas e Serviços	(84.079)		(115.060)	
Serviços e Concessões Públicas	(9.088)		(9.114)	
Outros	(13.482)		(16.255)	
Valor adicionado bruto	276.687		231.521	
Retenções	(50.887)		(12.029)	
Depreciação e Amortização	(5.094)		(5.281)	
Provisão para Contingências e Riscos de Crédito	(45.793)		(6.748)	
Valor adicionado recebido em transferência	10.468		13.381	
Receitas Financeiras e Variações de Créditos	10.468		13.381	
Valor adicionado total a distribuir	236.268	100	232.873	100
Distribuição do valor adicionado	236.268	100	232.873	100
Pessoal e Encargos	148.481	63	118.012	50
Impostos, Taxas e Contribuições	46.339	21	79.680	34
Juros e Aluguéis	15.333	6	17.184	7
Lucro (Prejuízo) do Período	26.115	10	17.997	8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores em milhares de Reais)

NOTA 1 – A BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS E SUAS OPERAÇÕES:

A Cobra Tecnologia e Serviços, que utiliza o nome fantasia “BB Tecnologia e Serviços”, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco do Brasil, constituída em 18 de julho de 1974, tem por objeto:

I - desenvolver, produzir, fabricar, comercializar, alugar, licenciar para outorga de direito de uso, integrar, montar, importar, exportar e distribuir, inclusive mediante representação de outras companhias, produtos de informática, automação e segurança patrimonial, inclusive equipamentos, terminais de autoatendimento bancário, partes e peças, programas de computador, sistemas de eletrônica digital e eletroeletrônicos, periféricos, programas e produtos associados, projetos de propriedade intelectual, insumos, suprimentos, materiais e mobiliários para equipamentos de informática;

II - desenvolver e prestar serviços de:

- a) assistência técnica, suporte técnico, adaptação, modernização tecnológica, homologação, personalização, implantação, instalação, reparação, manutenção, treinamento e monitoramento dos produtos definidos no inciso anterior;
- b) gestão de projetos, assessoria técnica, planejamento, implantação, treinamento e consultoria de soluções de segurança de dados e de segurança da informação, inclusive em software livre e tecnologias abertas;
- c) sustentação e manutenção de ambiente operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- d) gestão, análise, programação, codificação, manutenção, implantação e operação de sistemas de informação, inclusive gerenciamento e integração de sistemas e banco de dados;
- e) gerenciamento, monitoração e tratamento de dados e de ambientes lógicos e físicos, inclusive com hospedagem, recepção, processamento, suporte e monitoração dos dados em centro de processamento de dados (*Data Center*);
- f) intercâmbio eletrônico de dados (*Electronic Data Interchange – EDI*) com implementação e gestão de rede de valor agregado;
- g) prestação de serviços de telecomunicações e prestação de serviços de valor agregado em redes de telecomunicações;
- h) microfilmagem, impressão, reprografia, digitalização, gestão e processamento eletrônico, acabamento, manuseio e guarda de documentos, recepção, tratamento e digitação de dados;
- i) suporte e operação de serviços de suprimento e de apoio logístico e gestão de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos;
- j) gestão de operações de *Contact Center*, telemarketing ativo e receptivo com campanhas multicanal, consultoria em projetos e em tecnologias na área de teleatendimento e de telesserviços;
- k) correspondente bancário.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2013, apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no valor de R\$ 5.180 mil. Na opinião da administração, suas operações geram recursos suficientes para a adequação das suas necessidades de capital de giro. A Companhia realizou investimentos relevantes em equipamentos de informática e softwares para fomentar suas operações, com consequente aumento da capacidade de prestação de serviços. Além disso, a

Companhia reconheceu provisões sobre ativos que fizeram reduzir significativamente o ativo circulante, e como consequência, o capital circulante líquido.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2014.

B) BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

C) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

D) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, obsolescência de estoques, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: Nota nº 5 – Clientes; Nota nº 6 – Estoques, Nota nº 10 – Depósitos judiciais; Nota nº 12 – Imobilizado, Nota nº 17 – Provisão para contingências e Nota nº 26 – IRPJ e CSLL diferidos.

E) MUDANÇAS DE ESTIMATIVAS E RETIFICAÇÃO DE ERROS

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas em conformidade com o pronunciamento CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros, em decorrência da mudança de prática no registro da receita, impostos, e dos respectivos custos, com os efeitos nos saldos correspondentes de clientes, fornecedores, impostos e contribuições e patrimônio líquido. Apresentamos abaixo as informações reapresentadas em 31 de dezembro de 2012 e respectivos saldos iniciais em 01 de janeiro de 2012, bem como o impacto na DRE de 2013:

	31.12.2012		31.12.2012
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Balço Patrimonial			
Ativo			
Circulante			
Clientes	14.584	13.546	28.130
Total do ativo circulante	97.863	13.546	111.409
Total do ativo	284.005	13.546	297.551
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	33.442	2.164	35.606
Impostos e contribuições	8.419	3.973	12.392
Provisão para participação nos lucros	1.135	436	1.571
Total do passivo circulante	96.646	6.573	103.219
Patrimônio Líquido			
Capital social	119.528	-	119.528
Reserva de reavaliação	2.606	-	2.606
Reserva legal	1.072	-	1.072
Reserva para expansão	15.274	-	15.274
Ações em tesouraria	(15)	-	(15)
Lucros e prejuízos acumulados	-	6.973	6.973
Total do patrimônio líquido	138.465	6.973	145.438
Total do passivo e do patrimônio líquido	284.005	13.546	297.551

	31.12.2012		31.12.2012
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Demonstração de resultados			
Receita operacional líquida	515.036	1.320	516.356
Custo dos produtos e serviços	(446.013)	(1.108)	(447.121)
Lucro Bruto	69.023	212	69.235
Lucro operacional antes dos encargos financeiros líquidos	14.573	212	14.785
Lucro antes dos impostos e participações	19.118	212	19.330
Provisão para IR e CSLL	185	53	238
Provisão p/ PLR dos Empregados	(1.135)	(436)	(1.571)
Lucro Líquido do exercício	18.168	(171)	17.997

	31.12.2012		31.12.2012
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido do exercício	18.168	(171)	17.997
Varição nos ativos operacionais	(1.153)	(1.445)	(2.598)
Varição nos passivos operacionais	7.177	1.616	8.793
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	34.617	-	34.617
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa	(12.263)	-	(12.263)

	31.12.2012		31.12.2012
Demonstração dos resultados abrangente	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido do exercício	18.168	(171)	17.997
Total do resultado abrangente do exercício	18.168	(171)	17.997

	31.12.2012		31.12.2012
Demonstração do valor adicionado	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Receitas	592.870	1.445	594.315
Receita operacional bruta	592.870	1.445	594.315
Insumos adquiridos de terceiros	(361.696)	(1.108)	(362.804)
Custo dos produtos e serviços	(113.952)	(1.108)	(115.060)
Valor adicionado bruto	231.174	337	231.511
Valor adicionado total a distribuir	232.536	337	232.873
Distribuição do valor adicionado	232.536	337	232.873
Pessoal e encargos	117.576	436	118.012
Impostos, Taxas e Contribuições	79.608	72	79.680
Lucro Líquido do exercício	18.168	(171)	17.997

	01/01/2012		01/01/2012
Balanco Patrimonial	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Clientes	24.532	12.101	36.633
Total do ativo circulante	126.305	12.101	138.406
Total do ativo	292.971	12.101	305.072
Balanco Patrimonial			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	25.983	1.056	27.039
Impostos e contribuições	7.318	3.901	11.219
Total do passivo circulante	116.505	4.957	121.462
Patrimônio Líquido			
Capital social	119.528	-	119.528
Reserva de reavaliação	2.676	-	2.676
Reserva legal	160	-	160
Reserva para expansão	2.279	-	2.279
Ações em tesouraria	(15)	-	(15)
Lucros e prejuízos acumulados	-	7.144	7.144
Total do patrimônio líquido	124.628	7.144	131.772
Total do passivo e do patrimônio líquido	292.971	12.101	305.072

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- Instrumentos financeiros:

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem bancos conta movimento, clientes e outros ativos circulantes.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e provisão para participação no lucro.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não firmou contratos de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2013.

- Reconhecimento da Receita:

A receita operacional com a prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e outros abatimentos. A receita é reconhecida quando (i) o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a companhia, (iii) os custos associados com a transação puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o estágio da execução do serviço possa ser mensurado de maneira confiável.

- Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversíveis a qualquer momento em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

- Clientes:

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor das medições efetuadas ao final de cada mês, incluindo os respectivos impostos. Os créditos decorrentes da prestação de serviços são liquidados no curto prazo, em média no prazo máximo de 30 dias. Em função deste prazo, os cálculos de ajustes a valor presente não apresentaram valores relevantes, motivo pelo qual não houve contabilização de ajustes a valor presente.

A Companhia avaliou os seus recebíveis e constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa com base no tempo de vencimento dos títulos, e considera que o montante é suficiente para cobrir possíveis perdas na realização desses créditos (nota explicativa nº 5).

- Aplicações Financeiras vinculadas:

Os saldos são referentes aos ativos que lastreiam a captação realizada através de fundo de investimento de direito creditório (FIDC), e coincidem com as posições fornecidas pela instituição financeira gestora do FIDC III. O ativo estava subordinado à liquidação das obrigações observadas pela captação, as quais estão registradas no Passivo Circulante.

- Cauções e Depósitos:

Correspondem a garantias (cauções) fornecidas a clientes e fornecedores para garantir a prestação de serviços e aluguéis de imóveis. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos contratos e conferem com as posições bancárias (nota explicativa nº 8).

- Créditos Judiciais a Receber:

O devedor é o Governo Federal e os créditos estão amparados por decisões judiciais que garantem estes ativos. Foram recebidas quatro de um total de dez amortizações anuais (nota explicativa nº 11).

- Depósitos Judiciais:

Os saldos de Depósitos Judiciais são confrontados com suas posições mensais, fornecidas pelos bancos federais e estadual em que se encontram, correspondendo aos seus valores recuperáveis (nota explicativa nº 10).

- Custos e Despesas Antecipadas:

Correspondem a gastos, pagos antecipadamente, que estão sendo apropriados conforme competência, com base na vigência de apólices de seguros, contratos de serviços ou de financiamento.

- Ativos Imobilizados:

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumuladas (impairment).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes são reconhecidos baseados na opinião dos advogados e consultores jurídicos da companhia e quando é provável que o desfecho desfavorável resulte em saídas futuras de caixa. O valor de cada contingência é mensalmente verificado pela Consultoria Jurídica, podendo ser modificado para mais ou para menos, conforme o caso, em função do trâmite do processo e das decisões nele tomadas.

Ativos contingentes não são reconhecidos ao menos que tramitados e julgado em última instância e que seja provável a entrada de benefícios econômicos.

- Tributos sobre o Lucro:

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças

temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia possui estoques de Prejuízos Fiscais de IRPJ (R\$ 131 milhões) e Base negativa de CSLL (R\$ 129 milhões), observando a legislação e normas aplicáveis e possui um Ativo Fiscal Diferido no valor de R\$ 49 milhões.

- Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Companhia identificou a perda de um terreno inativo, para o qual efetuou a provisão para perdas.

- Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações contábeis. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) poderá causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

O Caixa e Equivalentes de Caixa estão assim constituídos:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Bancos conta Movimento	3.703	763
Aplicações Fundo Extramercado	38.965	8.967
Aplicações em Renda Fixa	-	37.145
Total	42.668	46.875

A fim de remunerar sua disponibilidade, a Companhia busca alocar seus recursos em fundos extramercado referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. Tais ativos não possuem restrições para o uso e não foram dados como garantia a nenhuma operação.

Os ativos que compõem o fundo são basicamente operações compromissadas e títulos públicos pré-fixados, a maioria com vencimento em 90 dias.

NOTA 5 – CLIENTES:

As contas a receber estão assim constituídas:

Descrição	31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duplicatas a receber	33.229	15.431	28.133	14.066
Prov. p/ riscos de créditos	(1)	(15.431)	(3)	-
Total	33.228	-	28.130	14.066

A carteira de clientes está concentrada no segmento financeiro, com elevada participação do controlador Banco do Brasil S.A. e empresas do seu conglomerado, os quais representam 98% do total de duplicatas a receber.

Provisão para riscos de crédito

A Companhia realizou, em 2013, avaliação dos seus créditos a receber, e conforme metodologia de classificação de risco de crédito efetuou reforço na provisão para riscos de créditos no montante de R\$ 15,4 milhões.

NOTA 6 – ESTOQUES:

Os estoques estão assim constituídos:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Manutenção	18.665	13.649
Comercial	-	93
Impressão	805	909
Outros	1.017	399
Prov. para Obsolescência	(4.359)	(3.828)
Total	16.128	11.222

Os estoques são representados por materiais de consumo e peças de reposição das máquinas de autoatendimento, que a Companhia deve manter em estoque para atendimento imediato e são previstos nos contratos de assistência técnica. O crescimento dos estoques está relacionado à internalização do parque do terminal de autoatendimento e aumento nos contratos que preveem assistência técnica. O giro médio dos estoques é inferior a 1 (um) ano.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia realizou uma avaliação a respeito dos itens obsoletos e inservíveis mantidos em estoque e concluiu pelo provisionamento de R\$ 4.359 mil, correspondentes a peças de manutenção de baixo giro que aguardam decisão de sucateamento ou de reparo, conforme classificação realizada pelos técnicos.

NOTA 7 – IMPOSTOS E TAXAS A RECUPERAR:

Os impostos e taxas a recuperar estão assim constituídos:

Descrição	31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRPJ	70	93.164	20.257	89.890
ISS	315	-	-	-
Iss compensar	1.308	6.310	539	7.825
Prov. p/ Perdas	(993)	(6.310)	(539)	(7.825)
CSLL	-	16.116	-	20.073
INSS	1.140	2.537	1.201	2.447
ICMS	1.440	-	679	-
IPI	2	-	17	-
Total	2.967	111.817	22.154	112.410

Tributos Federais – Com a Lei 10.833/2003, o Governo Federal estabeleceu que as sociedades de economia mista, controladas diretamente pela União, retenham, compulsoriamente, tributos federais na fonte (IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS) em seus pagamentos aos fornecedores. O direito de compensar tais impostos depende de ações da Companhia junto à Secretaria da Receita Federal (SRF) e aprovação do órgão quanto à compensação a ser realizada, porém não existe histórico de reprovação quando o pedido é realizado.

A BB Tecnologia e Serviços não compensa integralmente os tributos retidos na fonte e tem periodicamente buscado a restituição dos créditos retidos e não devidos. A Receita Federal do Brasil restituiu R\$ 49,9 milhões em 2013 e R\$ 33 milhões em 2012.

INSS – A Companhia também possui retenções na fonte de INSS sobre alguns tipos de serviços prestados com emprego de mão de obra. Os valores registrados no não circulante referem-se a retenções que já foram objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal (SRF). O direito de compensar tais impostos depende de ações da Companhia junto à Secretaria da Receita Federal (SRF) e aprovação do órgão quanto à compensação a ser realizada, porém não existe histórico de reprovação quando o pedido é realizado.

ISS – Os créditos correspondem à retenção na fonte efetivada por clientes. Os valores com potencial de compensação e que não foi solicitada compensação estão classificados no circulante, e os que tiveram o pedido realizado e dependem de deferimentos da autoridade fiscal no ativo não circulante.

Diante das incertezas quanto ao deferimento de algumas Prefeituras pelos pedidos de restituição já realizados, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de todos esses valores e o montante é de R\$ 6,3 milhões (não circulante) e R\$ 993 mil (circulante).

ICMS – Os créditos correspondem aos saldos credores registrados nos livros de apuração de ICMS dos estabelecimentos da BB Tecnologia e Serviços que possuem circulação de peças.

NOTA 8 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS:

As Cauções e Depósitos estão aplicados no Banco Pine (R\$ 163 mil), Banco do Brasil (R\$ 668 mil), CEF (R\$ 512 mil), Bradesco (R\$ 63 mil), Banco Fibra (R\$ 87 mil) e estão assim constituídos:

Descrição	31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes	87	831	-	2.944
Banco Fibra	87	-	-	-
Banco Pine	-	163	-	2.303
Banco Brasil	-	668	-	641
Fornecedores	-	575	-	577
CEF	-	512	-	511
Bradesco	-	63	-	66
Total	87	1.406	-	3.521

Correspondem a cauções fornecidas a clientes e fornecedores para garantir prestação de serviços e aluguéis de imóveis. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices apresentados nos contratos e conferem com as posições bancárias.

NOTA 9 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES:

Os outros ativos circulantes estão assim constituídos:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Adiantamento s/ Férias	493	482
Devedores Diversos	54	374
Outros	728	95
Total	1.275	951

NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS:

O saldo dos depósitos judiciais dados em garantia para as contingências passivas prováveis, possíveis ou remotas, está assim constituído:

Descrição	31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Trabalhistas	-	11.574	-	10.646
Tributários	-	733	-	439
Cíveis	-	20.766	-	10.651
Provisão p/ Perdas	-	(9.620)	-	-
Total	-	23.453	-	21.736

Os depósitos são efetuados junto a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banpará e apresentam atualização, em geral, equivalente ao IPCA e Selic.

Provisão para riscos de crédito

Em 2013 houve honra de fiança, caução dada como garantia à execução de contrato de prestação de serviços, pelo banco garantidor, diante de Notificação Extrajudicial apresentada pelo cliente. O valor desta fiança, R\$ 9,6 milhões, encontra-se à disposição do Juízo (depósito cível).

Visando assegurar que os ativos da Companhia não excedam o seu valor de recuperação, e considerando o atual estágio das discussões com o cliente, foi constituída provisão para perdas do depósito cível no montante de R\$ 9,6 milhões.

NOTA 11 – CRÉDITOS JUDICIAIS A RECEBER:

Descrição	31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos Judiciais a Receber	660	3.299	554	3.415
Total	660	3.299	554	3.415

O montante registrado em créditos judiciais no ativo circulante e não circulante correspondem a créditos judiciais a receber na forma de precatórios, cujo devedor é o Governo Federal (IBGE) e os créditos estão acobertados por decisões judiciais que garantem estes ativos. Foram recebidas quatro de um total de dez amortizações anuais.

NOTA 12 – IMOBILIZADO:

O imobilizado está assim constituído:

	Terrenos	Edifícios	Equip. Informatica	Maquinas e Equipamentos	Instalações	Móveis e Utensílios	Equip. de Info. Locados	Benf. Em Imóveis terc.	Imobilizações Em andamento	Total
Taxas Anuais de depreciação	-	4%	20%	10%	10%	10%	-	10%	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	2.025	2.064	5.207	9.141	216	2.445	60	324	-	21.482
Custo	2.025	2.800	30.731	15.866	750	4.986	25.934	3.975	-	87.067
Depreciação acumulada	-	(736)	(25.524)	(6.725)	(534)	(2.541)	(25.874)	(3.651)	-	(65.585)
Adições	-	-	1.249	6.032	-	740	-	64	294	8.379
Baixas	-	-	(66)	(715)	-	(154)	(32)	-	(157)	(1.124)
Depreciação	-	(107)	(1.841)	(1.553)	-	(515)	(28)	(338)	-	(4.382)
Em 31 de dezembro de 2012	2.025	1.957	4.549	12.905	216	2.516	-	50	137	24.355
Custo	2.025	2.800	31.914	21.183	750	5.572	25.902	4.039	137	94.322
Depreciação acumulada	-	(843)	(27.365)	(8.278)	(534)	(3.056)	(25.902)	(3.989)	-	(69.967)
Adições	-	-	6.065	1.003	322	720	-	159	89	8.358
Baixas	-	-	(157)	(21)	-	-	-	-	(226)	(404)
Depreciação	-	(107)	(1.475)	(1.892)	(81)	(515)	-	(99)	-	(4.169)
Provisão para Perdas	(325)	-	-	-	-	-	-	-	-	(325)
Em 31 de dezembro de 2013	1.700	1.850	8.982	11.995	457	2.721	-	110	-	27.815
Custo	1.700	2.800	37.822	22.165	1.072	6.292	25.902	4.198	-	101.951
Depreciação acumulada	-	(950)	(28.840)	(10.170)	(615)	(3.571)	(25.902)	(4.088)	-	(74.136)

Conforme previsto no CPC 01, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia realizou uma avaliação dos seus ativos imobilizados e, consubstanciada pela opinião de especialistas, registrou provisão para perdas na recuperação de ativos no montante de R\$ 325 mil, referente ao valor líquido do bem. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foi aplicável a capitalização de juros no ativo imobilizado em construção, nos termos do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

NOTA 13 – INTANGÍVEL:

O ativo intangível está assim constituído:

	Softwares
Taxas anuais de amortização	20%
Em 31 de dezembro de 2011	2.917
Custo	4.355
Amortização acumulada	(1.438)
Adições	38
Baixas	(4)
Transferência	137
Amortização	(900)
Em 31 de dezembro de 2012	2.188
Custo	4.508
Amortização acumulada	(2.320)
Adições	1.498
Baixas	-
Amortização	(925)
Em 31 de dezembro de 2013	2.761
Custo	6.006
Amortização acumulada	(3.245)

NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

Os empréstimos e financiamentos estão assim constituídos:

Descrição	Taxa	Vencimento	31.12.2013		31.12.2012	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
COBRA FIDC III	CDI + 1,15% a.a.	dez-2013	-	-	36.409	-
Total			-	-	36.409	-

O FIDC III possuiu como garantia de direitos creditórios, os contratos de impressão de documentos bancários com o Banco do Brasil e de cotas subordinadas vinculadas ao fundo, registradas no ativo não circulante, no qual o custodiante foi o Banco do Brasil. Tanto a captação quanto o resgate das cotas subordinadas, ocorreram em dezembro de 2013.

NOTA 15 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES:

Os impostos e contribuições estão assim constituídos:

Descrição	31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
INSS	3.390	-	2.838	-
PASEP/COFINS/CSLL	2.701	-	2.283	-
IR-Retido na Fonte	1.415	-	936	-
FGTS	788	-	650	-
ISS	4.053	-	3.353	2.147
Parcelamento de ISS	392	1.701	-	-
ICMS	465	-	153	61
IRPJ/CSLL			2.178	
Outros	1	-	1	-
Total	13.205	1.701	12.392	2.208

O montante de relativo a parcelamento de ISS refere-se a parcelamento de autos de infração de ISS junto às prefeituras de Manaus e São Paulo, cujos saldos são apresentados abaixo:

ISS	Parcelas a vencer	Circulante	Não Circulante
São Paulo	92	215	1.437
Manaus	30	176	264
Total		392	1.701

NOTA 16 – PROVISÕES DE PESSOAL:

As provisões de pessoal estão assim constituídas:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Provisão de férias	11.821	9.221
Provisão para licença prêmio	1.943	1.701
Provisão para acordo coletivo	148	148
Total	13.912	11.070

NOTA 17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

Provisão para Contingências Passivas:

A Companhia é parte em processos que se originam do curso normal dos negócios e com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingência em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A movimentação das contingências passivas prováveis foi a seguinte:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	10.276	10.323
Constituição	11.753	3.022
Baixa por pagamento	(2.158)	(3.069)
Saldo Final	19.871	10.276
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	3.065	1.523
Constituição	2.387	1.613
Baixa por pagamento	(1.716)	(71)
Saldo Final	3.736	3.065
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	11.598	13.452
Constituição	5.957	1.373
Reversão da provisão	-	(917)
Baixa por pagamento	(1.350)	(1.950)
Saldo Final	16.205	11.958
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	39.812	25.299
Circulante	-	549
Não Circulante	39.812	24.750

O aumento no saldo das Contingências em 2013 está relacionado à mudança na classificação pela Consultoria Jurídica, de alguns processos trabalhistas e cíveis, para a posição de provável.

Além das contingências com expectativa de prováveis desenhos financeiros futuros, existem outras contingências passivas com expectativa de possíveis desenhos financeiros futuros, e em conformidade com o CPC 25, nenhuma provisão foi registrada. Tais contingências são demonstradas abaixo:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Demandas Trabalhistas	15.657	11.571
Demandas Fiscais	14.032	16.533
Demandas Cíveis	69.944	38.841
Total	99.633	66.945

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Capital Social:

O Capital Social está representado por 497.173.172 ações sem valor nominal, sendo 248.586.586 ordinárias e 248.586.586 preferenciais. O Banco do Brasil S.A. possui 99,97% das ações totais da Companhia.

Reserva de Reavaliação:

A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de bens imóveis (principalmente terrenos e edificações) que foi constituída em 2005. O saldo será mantido até a data de sua efetiva realização.

Reserva de Lucros:

Reserva Legal

É constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital.

Reserva para Expansão

Em 31 de dezembro de 2013, a reserva de retenção de lucros foi constituída com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$ 23.626 mil. A retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração.

Em julho de 2013 ocorreu a contabilização da conversão da Reserva para expansão do exercício de 2011 em Capital social (R\$ 2.279 mil), conforme decisão da administração durante a Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013, registradas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Ações em Tesouraria:

A BB Tecnologia e Serviços possui 62.460 ações adquiridas de acionistas minoritários em 25 de outubro de 2011 pelo valor de R\$ 15 mil.

NOTA 19 – DIVIDENDOS:

A proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, de 25% do Lucro Líquido Ajustado, submetida ao Conselho de Administração está demonstrada na tabela de destinação do resultado, conforme a seguir:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Resultado do Exercício	26.115	17.997
Reserva de Reavaliação	71	70
Efeito dos ajustes retrospectivos	6.973	171
Resultado Ajustado distribuído	33.159	18.238
Reserva Legal (5%)	(1.658)	(912)
Dividendos (25%)	(7.875)	(4.331)
Reserva p/ Expansão	(23.626)	(12.995)

NOTA 20 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:

A receita da Companhia foi gerada, principalmente, por contratos de médio e longo prazo que possuem como objeto serviços de assistência técnica, *contact center*, suporte de software, microfilmagem, impressão, digitalização, processamento de documentos e gerenciamento de mensagens curtas.

Em virtude do faturamento de alguns serviços da Companhia só ocorrerem em mês posterior ao da prestação do serviço, por conta de aceite por parte do cliente, para atendimento ao CPC 30 que

estabelece que a receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados, houve revisão critério de reconhecimento de determinadas receitas no exercício de 2013 e foi constituída provisão no montante de R\$ 18,3 milhões, classificada em serviços executados a faturar.

As deduções correspondem a tributos federais e municipais incidentes sobre a receita bruta e cancelamentos de serviços.

Segue abaixo quadro demonstrativo com a receita bruta e líquida:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Receita Bruta	616.136	594.315
Assistência Técnica	340.805	294.453
Impressão/Digitação	55.900	63.938
Licenciamento Soft. Terceiros	-	55.779
Back Office	43.197	40.390
SMS	39.271	29.983
Help Desk	37.707	32.242
Suporte Técnico	27.428	20.679
Monitoração	24.792	25.865
Microfilmagem	12.684	10.750
Serviços Executados a Faturar	4.785	-
Outros	29.567	20.236
Deduções	(86.022)	(77.959)
Cofins	(46.814)	(45.153)
Pasep	(10.201)	(9.794)
Iss	(27.589)	(23.012)
Cancelamento de Serviços	(1.418)	-
Receita Líquida	530.114	516.356

NOTA 21 – CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS:

Os custos estão assim constituídos:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Pessoal	119.900	95.839
Serviços especializados	101.590	79.896
Manutenção especializada	86.096	107.119
Serviços de mensagens curtas	27.941	18.238
Viagens e deslocamentos	22.264	17.060
Infraestrutura administrativa de filiais	18.701	20.991
Aplicação de peças	15.026	7.065
Fretes	14.099	12.889
Insumos de impressão e microfilmagem	12.855	11.680
Reparo	10.708	4.681
Serviços de impressão	7.787	16.881
Depreciação e Amortização	3.675	3.232
Impostos s/ aplicação de peças	3.208	1.539
Prov. p/ obsol. estoques	2.975	6
Assistência técnica de software	2.942	45.761
Outros	5.953	4.244
Total	455.720	447.121

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia envidou esforços na contratação de profissionais para reforço do seu quadro próprio, reduzindo a contratação de terceirizados. Tal decisão refletiu no aumento de gastos correspondentes às rescisões dos contratos dos prestadores de serviços terceirizados.

NOTA 22 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:

As despesas estão assim constituídas:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Pessoal	26.844	21.729
Infraestrutura Administrativa	4.584	2.043
Serviços Especializados	4.436	10.411
Manutenção de Sistemas	2.608	1.658
Honorários da Administração	2.201	2.374
Serviços (tarifas) públicas	1.866	1.709
Depreciação e amortização	1.573	2.050
Treinamento	1.194	762
Viagens e deslocamentos	1.126	1.026
Serviços Jurídicos	942	958
Propaganda	307	14
Seguros	229	259
Responsabilidade Social	193	192
Outras despesas	3.844	2.136
Total	51.947	47.321

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia envidou esforços na contratação de profissionais para reforço do seu quadro próprio, reduzindo a contratação de

terceirizados. Tal decisão refletiu no aumento de gastos correspondentes às rescisões dos contratos dos prestadores de serviços terceirizados.

NOTA 23 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E PARA PERDAS EM CRÉDITO:

A seguir, apresentamos os efeitos consolidados das movimentações das provisões no resultado:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Provisão para contingências	19.438	4.957
Contingências	20.097	6.008
Atualização de Depósitos Judiciais	(40)	(757)
Contingências Ativas	(619)	(294)
Provisão para perdas em créditos	26.355	1.791
Clientes	15.429	(2)
Créditos e Valores	9.982	598
Perdas de ISS	944	1.195
Total	45.793	6.748

Conforme apresentado na nota 17, o aumento na provisão para contingências em 2013 está relacionado à mudança na classificação pela Consultoria Jurídica, de alguns processos trabalhistas e cíveis, para a posição de risco provável.

Conforme apresentado na nota 5, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para os títulos vencidos há mais de 360 dias no contas a receber no montante de R\$ 15,4 milhões.

Conforme apresentado na nota 10, foi constituída provisão para perdas do depósito cível no montante de R\$ 9,6 milhões e também foi constituída provisão p/ perdas de créditos e valores no valor de R\$ 325 mil, referente ao valor de um terreno da Companhia, que está inativo.

NOTA 24 – ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Receitas financeiras	10.473	13.381
Variações Ativas	7.209	7.955
Receitas Financeiras	3.264	5.426
Despesas financeiras	(4.174)	(8.836)
Despesas Bancárias e IOF	(694)	(581)
Variações Passivas	(1.330)	(2.671)
Encargos Financeiros	(2.150)	(5.584)
Encargos financeiros líquidos	6.299	4.545

NOTA 25 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

A conciliação da despesa ou receita calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal e da despesa ou receita de Imposto de Renda e Contribuição Social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.678)	17.759
Alíquota Nominal de Imposto de Renda e Contribuição Social	34,0%	34,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social à Taxa Nominal	6.351	(6.038)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	4.409	1.689
Impactos não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	927
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos - efeitos de outros exercícios	14.509	-
Reconhecimento inicial - créditos sobre prejuízo e base negativa	17.996	-
Benefício fiscal Lei 11.196/05	2.830	4.085
Abatimento do PAT - Alimentação	220	70
Outras diferenças permanentes	(1.521)	(495)
Provisão para IR e CSLL	(4.213)	238
IR e CSLL Diferidos	49.006	-
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício	44.793	238
Alíquota efetiva	-239,8%	1,3%

As adições referem-se, principalmente, a provisões de estimativas de custos, obsolescência de estoques e contingências não dedutíveis para fins de IRPJ e CSLL. As exclusões têm a mesma natureza e referem-se a valores adicionados em 2012 que foram excluídos em 2013. Os valores de IRPJ e CSLL apurados e contabilizados como despesas de 2013 foram liquidados com créditos oriundos de retenção na fonte de clientes e parte com o Ativo Fiscal Diferido, constituído em março de 2013.

No ano de 2013, a Companhia teve despacho favorável referente ao protocolo efetuado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), baseando-se na Lei nº 11.196/05 – Lei do Bem, do relatório com informações sobre as atividades de pesquisa tecnologia e desenvolvimento de inovação tecnológica, desenvolvidas no exercício de 2012. Com esse despacho, a Companhia obteve uma redução na carga tributária de IRPJ e CSLL, gerando um ajuste nas rubricas correspondentes em 2013 no valor de R\$ 2,8 milhões.

NOTA 26 – IRPJ E CSLL DIFERIDOS:

A Companhia realizou a contabilização de ativo fiscal diferido, considerando as diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que irá gerar lucro tributável futuro para sua utilização.

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, foi realizado estudo com base no orçamento e no planejamento estratégico da Companhia e constituído em 31 de dezembro de 2013, ativo fiscal diferido no montante de R\$ 49 milhões, considerando a projeção de utilização com base nos resultados tributáveis futuros dos próximos 5 (cinco) anos.

O ativo fiscal diferido é constituído pela aplicação de alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Apresentamos abaixo as bases geradoras de créditos tributários:

Bases	Saldo em 31.12.2013	Alíquota de IR e CSLL	Crédito Tributário	Capacidade de Consumo em 5 anos
Prejuízos fiscais de anos anteriores	130.610	25,0%	32.653	13.232
Bases negativas de CSLL	129.510	9,0%	11.656	4.764
Total de Crédito Tributário de Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de CSLL			44.308	17.996
Provisões temporárias dedutíveis de IR	99.006	25,0%	24.752	30.876
Provisões temporárias dedutíveis de CSLL	99.006	9,0%	8.911	11.115
Total de Crédito Tributário de Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de CSLL			33.662	41.991

Ativado

Descrição	31.12.2013
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	17.996
Diferenças Temporárias	31.010
Total dos Créditos Tributários Ativados	49.006
Imposto de Renda	36.033
Contribuição Social	12.973

Não Ativado

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Parcela de prejuízos Fiscais/Bases Negativas	26.312	48.415
Diferenças Temporárias	2.652	13.820
Total dos Créditos Tributários não Ativados	28.964	62.235
Imposto de Renda	21.297	45.761
Contribuição Social	7.667	16.474

Com base no estudo efetuado, a Companhia reconheceu parte de seus ativos fiscais, considerando a capacidade de recuperabilidade do ativo fiscal no período avaliado. Os ativos fiscais não reconhecidos serão compensados em períodos posteriores.

NOTA 27 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:

As operações ativas e passivas com as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são as seguintes:

EMPRESA		31.12.2013	31.12.2012
ATIVOS			
Banco do Brasil	Conta Corrente	3.691	731
Banco do Brasil	Aplicações Financeiras	-	8.886
Banco do Brasil	Contas a Receber	14.611	13.231
BBTUR	Contas a Receber	36	36
Brasil Veículos	Contas a Receber	17	-
Total de Ativos		18.355	22.884
PASSIVOS			
Banco do Brasil	Convênio	1.993	1.311
Total de Passivos		1.993	1.311
RECEITAS			
Banco do Brasil	Prestação de Serviços	606.424	589.232
BBTUR	Prestação de Serviços	430	463
Brasil Veículos	Prestação de Serviços	48	267
Brasilcap	Prestação de Serviços	-	26
Brasilprev Seguros	Prestação de Serviços	370	184
Aliança do Brasil	Prestação de Serviços	-	110
Total de Receitas		607.272	590.282
DESPESAS			
Banco do Brasil	Convênio	18.574	14.323
BBTUR	Passagens e Hospedagens	6.139	4.190
BB Cartões	Ticket Refeição	16.152	10.577
Total de Despesas		40.865	29.090

A BB Tecnologia e Serviços possui transações significativas de receitas de prestação de serviços com o Banco do Brasil, no montante total de R\$ 606.424 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 589.232 mil em 31 de dezembro de 2012).

Remuneração da administração

Não ocorreu pagamento de remuneração variável ao pessoal chave da administração nos exercícios de 2012 e 2013. As despesas com remuneração fixa paga são as seguintes:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Diretoria Executiva	3.856	3.176
Conselho de Administração	206	196
Conselho Fiscal	81	71
Total de Remuneração Fixa	4.143	3.443

A BB Tecnologia e Serviços não possui benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria ou quaisquer outros.

NOTA 28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez; e
Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas.

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da companhia. A Companhia por meio de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente dos créditos recebíveis de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

A Companhia concentra suas operações basicamente junto ao seu controlador, o Banco do Brasil S.A., responsável por aproximadamente 98% da sua receita de serviços. Dessa forma, o atual risco de crédito está substancialmente ligado à esse cliente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu provisões relacionadas ao contrato de prestação de serviços com cliente, assinado em 2004.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente, pelas características individuais dos clientes. Contudo, a Administração considera o sistema de gestão dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Considerando que 98% dos recebíveis da Companhia estão

concentrados em 1 cliente, que é a sua parte relacionada, cuja instrumentos financeiros são contratuais e de curto prazo, além de não apresentarem histórico de perdas, a Administração da Companhia considera o risco gerenciável e não relevante.

Derivativos

A Companhia não opera ou operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia, em 31 de dezembro de 2013, apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no valor de R\$ 5.180 mil. Na opinião da administração, suas operações são suficientes para sua adequação das suas necessidades de capital de giro, contudo a Companhia realizou um grande investimento em equipamentos de informática e softwares para fomentar suas operações, com conseqüente aumento da capacidade de prestação de serviços a seus clientes e passivos de curto prazo. Além disso, a Companhia reconheceu provisões de ativos que fizeram reduzir significativamente o ativo circulante, e como conseqüência o capital circulante líquido.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Administração da Companhia monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado.

A Companhia sofre ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Nesse sentido, os riscos de mercado estão relacionados com as taxas de juros das aplicações de curto prazo, uma vez que a Companhia possui um baixo endividamento financeiro. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar suas aplicações financeiras em fundos extramercado com taxas prefixadas e baixa volatilidade.

NOTA 29 – SEGUROS:

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios e de terceiros alugados pela empresa de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em estoques e edificações.

Riscos Cobertos	Valor do Prêmio	Riscos Cobertos	Vigência
Seguro Compreensivo Empresarial	157	22.328	21.06.2013
Responsabilidade Civil Geral	61	1.051	a
Total	218	23.379	21.06.2014

11.5. Composição Acionária das Empresas Estatais

11.5.1. Composição Acionária do Capital Social como Investida

A composição acionária do capital social da UJ como investida está detalhada no Quadro A.11.5.1 a seguir.

Quadro A.11.5.1 - Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2013			
BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS			
Ações Ordinárias (%)			
ACIONISTAS	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Banco do Brasil	99,95%	99,95%	99,95%
Ações em Tesouraria	0,0251%	0,0251%	0,0251%
Demais	0,0266%	0,0266%	0,0266%
% Indireta do Governo Federal	100,00%	100,00%	100,00%
Subtotal Ordinárias (%)	50%	50%	50%
Ações Preferenciais (%)			
ACIONISTAS	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Banco do Brasil	100,00%	100,00%	100,00%
Ações em Tesouraria	0,00%	0,00%	0,00%
Demais	0,00%	0,00%	0,00%
% Indireta do Governo Federal	100,00%	100,00%	100,00%
Subtotal Preferenciais (%)	50%	50%	50%
Total	100%	100%	100%

11.5.2. Composição Acionária da UJ Como Investidora (Não aplicável)

11.6. Relatório de Auditoria Independente

O Relatório de Auditoria Independente pode ser consultado no Anexo VI.

12. Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

12.1. Outras Informações sobre a Gestão

Todas as informações consideradas relevantes já foram abordadas.

Anexo I – Quadro A.3.3.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal (Valores em R\$ 1,00)

Exercício 2013													
Conselho	Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
CONAD	Qt. de membros remunerados/mês	6	6	6	7	5	5	5	6	5	6	6	5
	Subtotal/mês	17.893,50	17.893,50	17.893,50	26.840,25	14.911,25	14.911,25	14.911,25	17.893,50	14.911,25	17.893,50	17.893,50	14.911,25
COFIS	Qt. de membros remunerados/mês	2	2	1	3	2	3	2	3	3	2	2	3
	Subtotal/mês	5.964,50	5.964,50	2.982,25	14.911,25	5.964,50	7.724,50	5.964,50	7.724,50	7.724,50	5.964,50	5.964,50	7.724,50
Total CONAD	208.757,50												
Total COFIS	84.578,50												
Total CONAD + COFIS	293.336,00												

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

Anexo II – Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Cobra Tecnologia S/A									
CNPJ: 42.318.949/0001-84					UG/GESTÃO: 25230				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	DGCO 00076/2012	Associação dos Empregados da Cobra (AEC) CNPJ 30.253.140/0001-32	650.841,39	-	358.271,65	650.841,39	2012	-	1
1	GRH – BB 2009	Requisição de funcionários ao Banco do Brasil	49.608.576,25	-	15.888.668,09	49.608.576,25	2009	-	1
1	GRH – BB 2013	Requisição de funcionários ao Banco do Brasil	2.007.680,78	-	2.007.680,78	2.007.680,78	2013	-	1
1	DGCO 00068/2013	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec) CNPJ 40.554.925/0001-07	45.876,53	-	34.828,99	34.828,99	2013	2014	1

1	DGCO 00062/2010	Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro – Eloy Silva CNPJ 40.337.552/0001-04	929.414,13	-	424.083,59	929.914,13	2010	2015	1
1	DGCO 00096/2013	Centro Social, Cultural e Esportivo Estrela do Amanhã do Jardim Guaratiba CNPJ 06.068.722/0001-64	45.000,00	-	45.000,00	45.000,00	2013	2013	4
1	DGCO 00097/2013	Instituto Ideal Brasil de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Desportivo CNPJ 07.585.844/0001-90	67.500,00	-	67.500,00	67.500,00	2013	2013	4
1	DGCO 00098/2013	Casa Assistencial Coração de Maria CNPJ 30.125.843/0001-85	13.500,00	-	13.500,00	13.500,00	2013	2013	4
1	DGCO 00099/2013	Polo de Educação Geral e Ações Solidárias da Zona Oeste (PEGAZO) CNPJ 04.603.490/0001-71	18.000,00	-	18.000,00	18.000,00	2013	2013	4
1	DGCO 00156/2008	Casa Assistencial Coração de Maria CNPJ 30.125.843/0001-85	90.000,00	-	4.500,00	90.000,00	2008	2013	4

1	DGCO 00157/2008	Centro Social Cultural e Esportivo Estrela do Amanhã do Jardim Guaratiba CNPJ 06.068.722/0001-64	300.000,00	-	15.000,00	300.000,00	2008	2013	4
1	DGCO 00158/2008	Instituto Ideal Brasil de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Desportivo CNPJ 07.585.844/0001-90	450.000,00	-	22.500,00	450.000,00	2008	2013	4
1	DGCO 00163/2008	Polo de Educação Geral e Ações Solidárias da Zona Oeste (PEGAZO) CNPJ 04.603.490/0001-71	120.000,00	-	6.000,00	120.000,00	2008	2013	4

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

NOTA 1 Os Convênios DGCO 00076/2012, GRH-BB 2009, GRH – BB 2013, DGCO 00068/2013 e DGCO 00062/2010 não estabelecem valor global, sendo considerados para efeito de preenchimento os valores acumulados até o exercício.

NOTA 2 O Convênio com a Associação dos Empregados da Cobra (AEC) refere-se ao repasse da Cobra para a AEC de verbas descontadas em folha de pagamento referentes à mensalidade da associação e seguro de vida em grupo dos funcionários.

NOTA 3 O Convênio de requisição de funcionários do Banco do Brasil refere-se ao reembolso de verbas salariais de gestores cedidos pelo Banco. Existem dois convênios em vigência com as seguintes data de início: 06/11/2009 e 23/07/2013.

NOTA 4 Os Convênio com o Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro – Eloy Silva e Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec) referem-se ao projeto de capacitação de menores aprendizes, de acordo com a CLT e Lei 10097 de 19 de dezembro de 2000. Esse projeto objetiva dar oportunidade de inserção no mercado de trabalho a esses jovens, oriundos de famílias de baixa renda.

NOTA 5 Além dos convênios informados no quadro acima, a Companhia possui convênios com as Universidades Estácio de Sá, com prazo de vigência indeterminado, e com o Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), assinado em janeiro de 2011, que possui vigência anual, com possibilidade de renovação automática. Ambos os convênios de ensino referem-se a descontos em mensalidade, não havendo, assim, repasse de valores, e por essa razão não foram considerados.

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) e Gerência de Comunicação e Apoio à Governança (GCG).

Anexo III – Quadro A.5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	30.314.370	3.804.473	-	723.265	1.691.670	115.464	3.114.012	-	-	39.763.254
	2012	26.494.389	187.061	2.420.090	4.236.330	79.402	12.777.720	378.385	-	-	46.573.377
	2011	17.242.568	63.036	1.477.908	2.060.909	6.452.586	1.397.314	438.502	-	-	29.132.823
Servidores Cedidos sem Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	356.122	-	33.326	5.028	1.495	-	4.722	-	-	400.693
	2012	220.240	-	19.964	19.023	-	14.528	-	-	-	273.755
	2011	198.512	-	16.543	11.028	8.206	5.359	868	-	-	240.515
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	5.060.163	551.435	-	10.408	39.033	22.233	315.195	-	-	5.998.467
	2012	6.464.335	9.103	610.470	493.771	181.564	621.447	1.988	-	-	8.382.678
	2011	5.686.615	2.854	486.553	338.023	467.690	142.992	136.164	-	-	7.260.891
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	18.466.971	12.561.128	-	572.089	461.149	22.051	1.949.929	-	-	34.033.317
	2012	11.391.277	5.874.231	1.655.304	1.775.654	-	3.721.452	102.435	-	-	24.520.354
	2011	8.110.508	3.331.399	998.339	1.278.543	1.382.941	936.127	122.126	-	-	16.159.983

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

Anexo IV - Quadro A.5.2.3 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Cobra Tecnologia S/A													
UG/Gestão: 25230							CNPJ: 42.318.949/0001-84						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	00046/2012	02.726.118/000127	15/04/2012	14/09/2014	-	-	-	-	-	-	P
2012	L	O	00092/2012	08.924.505/0001-54	03/08/2012	02/02/2015	-	-	-	-	-	-	P
2012	L	O	00060/2012	00.152.070/0001-65	18/05/2012	17/05/2014	-	-	-	-	-	-	P
2012	L	O	00264/2011	10.961.127/0001-20	02/01/2012	01/01/2014	-	-	-	-	-	-	E
2011	L	O	00263/2011	10.961.127/0001-20	01/12/2011	30/11/2013	-	-	-	-	-	-	E
2012	L	O	00285/2011	10.961.127/0001-20	18/02/2012	17/02/2014	-	-	-	-	-	-	E
2011	L	O	00139/2011	10.961.127/0001-20	01/07/2011	30/06/2013	-	-	-	-	-	-	E
2012	L	O	00282/2011	07.174.641/0001-01	02/01/2012	01/01/2015	-	-	-	-	-	-	P
2010	L	O	00078/2010	07.369.073/0001-02	01/07/2010	30/06/2014	-	-	-	-	-	-	P
2009	L	O	00175/2009	07.528.895/0001-80	03/08/2009	02/08/2014	-	-	-	-	-	-	P
2013	L	O	00094/2013	50.400.407/0001-84	15/05/2013	14/05/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	L	O	00093/2013	50.400.407/0001-84	23/05/2013	22/05/2014	-	-	-	-	-	-	A
2012	L	O	00089/2012	13.384.388/0001-13	01/08/2012	31/07/2014	-	-	-	-	-	-	P
2010	L	O	00151/2010	08.573.956/0001-94	01/09/2010	31/08/2014	-	-	-	-	-	-	P
2008	L	O	00155/2008	32.937.609/0001-88	01/07/2008	30/06/2013	-	-	-	-	-	-	E

2011	L	O	00219/2011	57.695.058/0001-14	01/12/2011	30/11/2014	-	-	-	-	-	-	P
2009	L	O	00211/2009	16.364.275/0001-44	03/08/2009	02/03/2014	-	-	-	-	-	-	P
2009	L	O	00004/2009	06.226.486/0001-67	01/02/2009	31/01/2014	-	-	-	-	-	-	E
2013	L	O	00132/2013	15.952.971/0001-09	03/07/2013	02/07/2014	-	-	-	-	-	-	A
2011	L	O	00080/2011	21.553.284/0001-13	02/05/2011	01/05/2014	-	-	-	-	-	-	P
2011	L	O	00142/2011	03.149.832/0001-62	04/07/2011	03/07/2014	-	-	-	-	-	-	P
2011	L	O	00082/2011	00.152.070/0001-65	25/04/2011	24/04/2014	-	-	-	-	-	-	P
2010	L	O	00046/2010	10.565.981/0001-78	01/04/2010	31/03/2014	-	-	-	-	-	-	P
2013	L	O	00084/2013	77.377.257/0001-91	01/05/2013	30/04/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	L	O	00074/2013	80.275.290/0001-15	15/04/2013	14/04/2013	-	-	-	-	-	-	A
2013	L	O	00127/2013	13.384.388/0001-13	01/07/2013	30/06/2014	-	-	-	-	-	-	A
2012	L	O	00154/2012	10.446.523/0001-10	21/11/2012	20/12/2014	-	-	-	-	-	-	P
2013	L	O	00075/2013	08.247.960/0001-62	02/05/2013	01/05/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	L	O	00021/2013	07.528.895/0001-80	01/02/2013	31/01/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	L	O	00224/2013	03.931.483/0001-36	18/12/2013	17/12/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	L	O	00223/2013	40.911.117/0001-41	01/12/2013	30/11/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	L	O	00258/2013	08.531.933/0001-17	01/12/2013	30/11/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	L	O	00257/2013	10.805.776/0001-32	01/12/2013	30/11/2014	-	-	-	-	-	-	A
2012	L	E	00147/2012	06.922.212/0001-02	16/10/2012	15/04/2013	-	-	-	-	-	-	E
2012	L	E	00080/2012	29.212.545/0001-43	02/07/2012	01/01/2013	-	-	-	-	-	-	E
2012	L	E	00168/2012	50.400.407/0001-84	06/12/2012	05/06/2013	-	-	-	-	-	-	E
2012	L	E	00156/2012	03.584.542/0001-47	14/11/2012	13/05/2013	-	-	-	-	-	-	E
2007	L	O	00224/2007	40.911.117/0001-41	17/09/2007	16/09/2013	-	-	-	-	-	-	E
2008	L	O	00223/2008	09.284.904/0001-60	01/09/2008	31/08/2013	-	-	-	-	-	-	E

2013	L	E	00186/2013	09.284.904/001-60	30/09/2013	29/12/2013	-	-	-	-	-	-	E
2008	L	O	00171/2008	09.259.198/0001-05	01/08/2008	31/07/2013	-	-	-	-	-	-	E
2012	L	E	00155/2012	77.377.257/0001-91	01/11/2012	30/04/2013	-	-	-	-	-	-	E
2008	L	O	00266/2008	08.531.933/0001-17	01/12/2008	30/11/2013	-	-	-	-	-	-	E
2012	V	O	00123/2012	14.354.490/0001-10	01/10/2012	01/10/2014	-	-	-	-	-	-	P
2013	V	E	00103/2013	14.354.490/0001-10	28/05/2013	24/11/2013	-	-	-	-	-	-	E
2008	V	O	00288/2008	02.841.990/0001-16	17/12/2008	16/12/2013	-	-	-	-	-	-	E
2009	V	O	00118/2009	02.841.990/0001-16	24/09/2009	23/04/2014	-	-	-	-	-	-	P
2012	V	O	00122/2012	07.705.117/0005-43	04/10/2012	03/10/2014	-	-	-	-	-	-	P
2010	V	O	00141/2010	06.069.276/0001-02	24/08/2010	23/08/2014	-	-	-	-	-	-	P
2013	V	O	00264/2013	14.534.490/0001-10	27/12/2013	26/12/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	V	O	00265/2013	03.007.660/0001-92	27/12/2013	26/12/2014	-	-	-	-	-	-	A

Observações: Não foi possível fornecer a informação sobre o nível de escolaridade mínima exigido nas contratações, pois o objeto especificado é a prestação dos serviços. A determinação da quantidade e do nível de escolaridade exigido dos trabalhadores fica a cargo da empresa contratada.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Gerência de Licitações e Contratos (GLC).

Anexo V – Quadro A.5.2.4 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Cobra Tecnologia S/A						CNPJ: 42.318.949/0001-84							
UG/Gestão: 25230													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	00267/2011	05.659.915/0001-27	16/12/2011	15/12/2013	-	-	-	-	-	-	E
2011	2	O	00016/2011	07.681.429/0001-30	02/05/2011	01/05/2013	-	-	-	-	-	-	E
2011	2	O	00078/2011	08.977.595/0001-41	16/05/2011	15/08/2013	-	-	-	-	-	-	E
2012	2	O	00018/2012	13.384.388/0001-13	05/03/2012	04/03/2014	-	-	-	-	-	-	P
2011	2	O	00153/2011	13.384.388/0001-13	01/08/2011	31/07/2013	-	-	-	-	-	-	E
2011	2	O	00268/2011	13.384.388/0001-13	02/01/2012	01/01/2014	-	-	-	-	-	-	E
2011	2	O	00113/2011	08.948.489/0001-30	04/07/2011	09/05/2013	-	-	-	-	-	-	E
2011	2	O	00164/2011	08.948.489/0001-30	08/08/2011	08/05/2013	-	-	-	-	-	-	E
2011	2	O	00186/2011	02.545.716/0001-08	01/09/2011	31/08/2015	-	-	-	-	-	-	P
2009	2	O	00073/2009	00.121.051/0001-71	02/04/2009	01/04/2014	-	-	-	-	-	-	P
2011	2	O	00238/2011	05.112.394/0001-93	01/12/2011	06/09/2013	-	-	-	-	-	-	E
2011	2	O	00065/2011	10.961.127/0001-20	02/05/2011	01/05/2013	-	-	-	-	-	-	P
2011	2	O	00066/2011	10.961.127/0001-20	02/05/2011	01/05/2013	-	-	-	-	-	-	P
2011	2	O	00069/2011	10.961.127/0001-20	02/05/2011	01/05/2013	-	-	-	-	-	-	P
2011	2	O	00070/2011	10.961.127/0001-20	02/05/2011	01/05/2013	-	-	-	-	-	-	P
2011	2	O	00084/2011	10.961.127/0001-20	16/05/2011	15/05/2013	-	-	-	-	-	-	P
2008	2	O	00308/2008	08.948.489/0001-30	01/12/2008	30/11/2013	-	-	-	-	-	-	E
2012	2	E	00104/2012	10.961.127/0001-20	16/07/2012	15/01/2013	-	-	-	-	-	-	E

2012	2	E	00105/2012	10.961.127/0001-20	16/07/2012	15/01/2013	-	-	-	-	-	-	E
2012	2	E	00131/2012	11.034.929/0001-58	16/07/2012	15/01/2013	-	-	-	-	-	-	E
2010	3	O	00153/2010	04.571.978/0001-64	03/10/2010	02/10/2014	-	-	-	-	-	-	P
2013	6	O	00126/2013	09.370.244/0001-30	28/06/2013	27/06/2014	-	-	-	-	-	-	A
2010	9	O	00042/2010	04.407.329/0001-22	31/05/2010	30/05/2014	-	-	-	-	-	-	P
2010	9	O	00130/2010	02.986.452/0001-10	01/09/2010	31/08/2014	-	-	-	-	-	-	P
2010	11	O	00062/2010	40.337.552/0001-04	06/10/2010	05/10/2015	-	-	-	-	-	-	A
2013	11	O	00068/2013	40.554.925/0001-07	01/04/2013	31/03/2014	-	-	-	-	-	-	A
2010	12	O	00084/2010	05.685.530/0001-34	11/06/2010	10/07/2014	-	-	-	-	-	-	P
2011	12	O	00166/2011	68.593.979/0001-92	01/08/2011	31/07/2014	-	-	-	-	-	-	P
2011	12	O	00131/2008	07.082.532/0001-64	01/06/2008	31/05/2013	-	-	-	-	-	-	E
2009	12	O	00107/2009	05.861.503/0001-75	14/04/2009	13/04/2013	-	-	-	-	-	-	E
2010	12	O	00188/2010	66.059.510/0001-42	03/11/2010	02/11/2014	-	-	-	-	-	-	P
2010	12	O	00189/2010	05.861.503/0001-75	01/11/2010	02/05/2013	-	-	-	-	-	-	E
2010	12	O	00190/2010	03.655.231/0001-21	03/01/2011	02/01/2014	-	-	-	-	-	-	E
2013	12	E	00162/2013	66.059.510/0001-42	09/09/2013	08/03/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	12	O	00102/2013	66.059.510/0001-42	29/05/2013	31/07/2015	-	-	-	-	-	-	A
2013	12	O	00009/2013	03.655.231/0001-21	01/02/2013	31/07/2013	-	-	-	-	-	-	A
2013	12	E	00219/2013	66.059.510/0001-42	01/11/2013	30/04/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	12	O	00233/2013	03.655.231/0001-21	18/11/2013	17/11/2015	-	-	-	-	-	-	A
2013	12	O	00027/2013	06.315.035/0001-04	01/02/2013	31/01/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	12	O	00101/2013	01.369.056/0001-80	27/05/2013	31/10/2013	-	-	-	-	-	-	E
2013	12	O	00081/2013	07.544.068/0001-80	15/04/2013	30/08/2013	-	-	-	-	-	-	E
2013	12	O	00010/2013	05.861.503/0001-75	14/01/2013	03/01/2013	-	-	-	-	-	-	E
2013	12	O	00080/2013	01.530.025/0001-60	15/04/2013	14/04/2014	-	-	-	-	-	-	E

Observações: Não foi possível fornecer a informação sobre o nível de escolaridade mínima exigido nas contratações, pois o objeto especificado é a prestação dos serviços. A determinação da quantidade e do nível de escolaridade exigido dos trabalhadores fica a cargo da empresa contratada.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Sistema de Contratos (SICON).

Anexo VI – Relatório de Auditoria Independente

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores e acionistas
Cobra Tecnologia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Cobra Tecnologia S.A. (nome fantasia "BB Tecnologia e Serviços") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultados e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequada apresentação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cobra Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho das operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 27, a Cobra Tecnologia S.A. efetuou transações significativas relacionadas a prestação de serviços para o Banco do Brasil S.A. As respectivas contratações atendem ao artigo 24, inciso nº XXIII, da Lei 8.666/93, que estabelece que a licitação

seja dispensável "na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado". Ademais, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Reapresentação e auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.e., em decorrência da revisão efetuada pela Companhia em suas práticas contábeis relativas ao registro de certas receitas operacionais e respectivos custos, os saldos correspondentes a essas rubricas, relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23, ou Pronunciamento Técnico CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa, e Retificação de Erro.

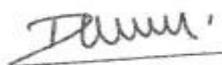
O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas originalmente antes dos ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis descritas na nota 2.e, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 7 de fevereiro de 2013. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2013, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.e., que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2012. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2012 tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2014.

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8



Dominique Joseph Marcel Nezan
Contador CRC 1SP220825/O-0